

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Ser Mãe em Contexto de Desvantagem Económica e Social – Satisfação,
Autoimagem e Reflexividade Parental**

Inês Solange Paiva Vitória

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde
Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica
2020/2021

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Ser Mãe em Contexto de Desvantagem Económica e Social – Satisfação,
Autoimagem e Reflexividade Parental**

Inês Solange Paiva Vitória

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel de Santa Bárbara Narciso

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2020/2021

Agradecimentos

À professora Isabel, orientadora desta dissertação, pela dedicação incansável durante todo este processo. Agradeço a ajuda que me deu pelos ensinamentos, pela compreensão ao longo da realização da dissertação. Obrigada pelo seu rigor e exigência, que tornaram todo este trabalho possível.

À minha família, por me apoiarem nesta aventura. Em especial, aos meus pais, por sempre terem sido um porto seguro, não só nesta jornada acadêmica, mas durante toda a minha vida. Obrigada por terem investido na minha educação, por terem criado as condições para que aqui chegasse. Obrigada por me deixarem escolher as minhas batalhas e me apoiarem sempre, fornecendo o apoio e motivação nos momentos que mais precisei. Obrigada por acreditarem em mim.

À Sara e Petra, isto sem vocês não teria sido possível. Obrigada pelo apoio incondicional e motivação constante, em todos os momentos em que o stress e o pânico deram o melhor de si. Nem sempre foi fácil, mas vocês ajudaram-me imenso, pelo carinho, compreensão, por todas as horas de escrita conjunta da dissertação, aos momentos de descontração, que gostava que tivessem sido muitos mais.

À Joyce, Letícia, Margarida e Ruben, a família que a faculdade me deu. A licenciatura não seria a mesma sem vocês. Obrigada por todo o carinho ao longo destes 4 anos que nos conhecemos. Aquelas tardes inteiras no bar a fazer trabalhos e a desesperar com tudo à nossa volta, fizeram com que eu chegasse aqui. Não trocaria nada.

Às minhas amigas fora da faculdade, em especial à Cohen, Telma, Inês, Leonor e Mónica, por me proporcionarem momentos inesquecíveis que me permitiram manter a saúde mental intacta (dentro do possível) durante estes 5 anos.

Só posso desejar a todos o melhor e que a vida vos sorria, sempre!

Resumo

No presente estudo, pretendeu-se explorar e compreender a percepção valorativa de mães em contexto de desvantagem económica e social e sinalizadas por parentalidade de risco sobre o exercício da parentalidade e comportamento dos filhos, bem como a sua satisfação parental, autoimagem e capacidade reflexiva. O estudo foi realizado através de entrevistas semiestruturadas a 36 mães utentes da Unidade de Intervenção familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com sinalização por parentalidade de risco relativamente a (pelo menos) uma criança até aos 12 anos de idade, em contexto de desvantagem económica e social. Tendo por base uma metodologia qualitativa, foi realizada uma análise temática com recurso ao *software* NVivo. A leitura transversal intra e inter-categorial dos resultados revelou quatro temas emergentes que sugerem princípios-guia para o exercício da parentalidade adequada - O Afeto e a priorização dos filhos; Firmeza com ou sem paciência?; Autoridade e obediência: De pequenino é que se torce o pepino; Abertura, transparência e autenticidade – e um tema sobre a conceptualização de “bom” filho - O “Bom” Filho: Afetuosidade, Preocupação com os Outros, Respeito e Obediência. Esta análise permitiu também compreender a relação entre satisfação parental, autoimagem e a reflexividade.

Palavras-chave: Parentalidade; Satisfação; Autoimagem; Reflexividade Parental; Desvantagem económica e social.

Abstract

This study aimed to explore and understand the evaluative perception of mothers in a context of economic and social disadvantage and signaled by risky parenting on the exercise of parenting and their children's behavior, as well as their parental satisfaction, self-image, and reflective capacity. The study was conducted through semi-structured interviews with 36 mothers who were users of the Family Intervention Unit of Santa Casa da Misericórdia in Lisbon, with signs of risky parenting for (at least) one child up to 12 years of age, in a disadvantaged context economic and social. Based on a qualitative methodology, a thematic analysis was carried out using the *NVivo* software. The intra- and inter-category cross-sectional reading of the results revealed four emerging themes that suggest guiding principles for the exercise of adequate parenting and one theme that suggests a “good child” profile. This analysis also allowed us to understand the close relationship between parental satisfaction, self-image, and reflexivity.

Key Words: Parenting; Satisfaction; Self-image; Reflexivity; economic and social disadvantage

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| Parentalidade em Contexto de Desvantagem Económica e Social | 2 |
| Satisfação Parental | 8 |
| Autoimagem e Reflexividade Parental | 11 |
| Presente Estudo | 13 |
| Método | 14 |
| Seleção e Caracterização da Amostra | 14 |
| Instrumentos | 16 |
| Procedimento de Recolha de Dados | 17 |
| Análise de dados | 18 |
| Resultados | 19 |
| Funções da Parentalidade | 19 |
| Perceções sobre os Filhos | 22 |
| Preocupações Parentais | 24 |
| Obstáculos ao Exercício da Parentalidade | 25 |
| Narrativas sobre Transmissão de Valores | 25 |
| Fontes de Satisfação e Insatisfação na Parentalidade | 26 |
| Reflexividade Parental | 27 |
| Discussão | 29 |
| Princípios-Guia para o Exercício da Parentalidade | 29 |
| O “Bom” Filho: Afetuosidade, Preocupação com os Outros, Respeito e Obediência | 34 |
| O triângulo Satisfação Parental, Autoimagem e Reflexividade Parental | 35 |
| Limites e Forças do Estudo | 39 |
| Implicações para a Intervenção e Continuidade da Investigação | 40 |
| Referências Bibliográficas | 42 |

Índice de Figuras

| | |
|--------------------------------|----|
| Figura 1. Mapa Conceptual..... | 13 |
|--------------------------------|----|

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da amostra..... | 15 |
|---|----|

Introdução

A parentalidade pode ser conceptualizada como o conjunto dos comportamentos, emoções e cognições parentais com o propósito de construir um contexto apropriado ao ajustamento, bem-estar e desenvolvimento físico, psicológico e sociocultural (Figueiredo, 2005; 2013), no sentido de assegurar e proporcionar a sobrevivência e o desenvolvimento normativo da criança e, ainda, a sua autonomia (Hoghugh, 2004). Constitui, pois, uma etapa fundamental do ciclo de vida (Senese et al., 2012), uma vez que se caracteriza por ser um processo desafiante e determinante no desenvolvimento do indivíduo, que transmite um sentido de continuidade e dá resposta à expectativa social relacionada com os papéis da idade adulta (Bhat & Khadi, 2018; Pinto, 2015). Ser pai constitui um papel gratificante mas também exigente e, para algumas pessoas, pode tornar-se até opressivo e difícil em função das circunstâncias e contexto (Sanders & Turner, 2018). Assim, compreende-se que ser pai não é uma tarefa fácil, sendo a parentalidade descrita como uma das tarefas mais difíceis, complexas e com maiores desafios e responsabilidades para o ser humano (Abreu-Lima, 2018; Holden, 2010; Tanvir et al., 2016), dadas as exigências intelectuais, físicas e emocionais que implica (Ferreira et al., 2014).

A complexidade inerente à parentalidade advém sobretudo do facto de que as atitudes e os comportamentos parentais não são apenas influenciadas pelas vivências de cada um mas também por uma variedade de fatores, incluindo as experiências de vida e características dos pais, tais como a personalidade e níveis de ajustamento psicológico, a qualidade da relação conjugal, as características da criança, a interação pais-filhos, dinâmicas familiares, expectativas, amigos e redes sociais, e ainda o contexto sociocultural (Belsky, 1984; *National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine*, 2016). Todos estes fatores têm um forte impacto na parentalidade, nas características e funções, sendo as principais funções relacionadas com o nível afetivo, educacional, de cuidados básicos, proteção, diálogo e, por fim, o cuidado relacional familiar (Narciso et al., 2018). O impacto nestas características e funções afeta, conseqüentemente, as relações entre pais e filhos e o ajustamento destes (Schulz et. al., 2017).

A parentalidade deverá, pois, ser compreendida no âmbito da ecologia social mais ampla em que se desenvolve, dada a influência de fatores macro e micro-culturais, como a etnia, a religião, as tradições culturais, o bairro e a comunidade e, ainda, o contexto económico e social e a pobreza em particular (Kotchick & Forehand; 2002; Roubinov &

Boyce, 2017). A investigação tem evidenciado o impacto negativo que a desvantagem económica e social tem no exercício da parentalidade, uma vez que a acumulação de múltiplos factores de *stress* diminui fortemente a sensibilidade dos pais para responderem de uma forma adequada às necessidades das crianças (Bradley & Bornstein, 2002; Jeon & Neppl, 2016; Nurius et al., 2015). Estas evidências vão de encontro ao postulado pelo *Family Stress Model* (FSM), no sentido em que a desvantagem socioeconómica, através de níveis mais elevados de *stress* que levam a sofrimento psicológico parental e conflito conjugal, pode resultar numa maior impaciência e agressividade (Mistry et al., 2002), o que contribui para que os pais adotem práticas parentais negativas (Conger et al., 2012; Roubinov, & Boyce, 2017).

A literatura empírica realça também o papel da desvantagem económica e social na transmissão transgeracional da pobreza e dos padrões de risco associados (Friedson, 2016; Jeon & Neppl, 2016). Em suma, o contexto económico e social condiciona as cognições parentais, ou seja, o modo como os pais percecionam a sua realidade parental, as suas crenças, atribuições e expectativas sobre o exercício e desempenho dos seus papéis, sobre a sua relação com os filhos e sobre o comportamento e desenvolvimento das crianças (Vieira, 2018), as quais, conseqüentemente, influenciam os comportamentos parentais (Narciso et al., 2018).

Parentalidade em Contexto de Desvantagem Económica e Social

A parentalidade é influenciada por inúmeros fatores internos e externos à família (Schulz et al., 2017). Segundo Belsky (1984), existe um conjunto de determinantes que influenciam a forma como os indivíduos exercem a sua parentalidade, sendo eles as características individuais dos pais (e.g. história de desenvolvimento, personalidade), da criança (e.g. comportamento) e ainda o contexto social (e.g. fontes de *stress* e de apoio). No que concerne a este último determinante, ou seja, o contexto social, a perspetiva ecológica da parentalidade postula que tanto os pais como os filhos estão inseridos num sistema social alargado, multicontextual (comunitários, sociais ou culturais), que apresentam uma variedade de níveis de organização e que se encontram em constante mudança ao longo do tempo (Lerner et al., 2002). Assim, é possível compreender que a parentalidade é influenciada por estes múltiplos contextos, como é o caso do contexto social e económico em que a família se insere.

Situações concomitantes de adversidade, como dificuldades financeiras, monoparentalidade, conflito conjugal, divórcio, entre outros, podem influenciar e tender

a enfraquecer as competências parentais e, ainda, condicionar as práticas parentais, afetando negativamente o ajustamento das crianças (Bronte-Tinkew et al., 2010; Solmeyer & Feinberg, 2011). Assim, o *stress* parental pode ser entendido como a experiência subjetiva de sofrimento resultante do desequilíbrio percebido entre as exigências que decorrem do desempenho da parentalidade e os recursos que estes têm disponíveis para lidar com as mesmas (Abidin, 1992). O *stress* parental é diferente de outros *stressores* mais comuns, uma vez que ameaça concretamente a identidade ou o papel dos pais, com consequências potencialmente devastadoras para o relacionamento entre pais e filhos (Cates et al., 2016). Neste sentido, é sabido que a pobreza e o contexto social e económico em que a família se insere, têm um forte impacto ao nível da parentalidade, uma vez que os pais estão condicionados por limites que não permitem proporcionar, por exemplo, nutrição, cuidados médicos e condições habitacionais adequadas aos filhos (Dearing et al., 2006). O modo como os pais respondem ao *stress* relacionado com a situação de pobreza em que se encontram tem implicações importantes para o funcionamento familiar (Cherry et al., 2019; Perzow et al., 2018).

Um princípio básico dos modelos de *stress* familiar é que, à medida que os pais enfrentam desvantagens socioeconómicas, experienciam uma forte pressão económica, o que leva a um aumento de sofrimento psicológico. A pressão económica é definida como a dificuldade em lidar com condições económicas desafiantes e geradoras de elevados níveis de *stress*, incluindo a incapacidade de pagar contas ou de atender às necessidades materiais básicas dos filhos, como comida e roupas (Conger et al., 2000; 2012). Assim, os pais sob pressão económica podem ficar frustrados, zangados e angustiados, sendo que este sofrimento emocional, por sua vez, diminui a qualidade e eficácia das suas práticas parentais. Como resultado, níveis mais elevados de desvantagem socioeconómica estão associados a maior dificuldade na educação e capacidade de criar os filhos (Valiente et al., 2007), e é esperado que os pais, ao se encontrarem sob um elevado *stress* económico e, ao mesmo tempo, distraídos com as suas dificuldades pessoais, acabem por demonstrar menos afeto e suporte emocional para com os seus filhos (Jeon & Neppl, 2016). Por exemplo, os altos níveis de dificuldades económicas experienciados por muitas mães solteiras foram associados a altos níveis de depressão e ansiedade, educação coercitiva que, por sua vez, contribuem para o desajustamento infantil (Taylor & Conger, 2017). Assim, os *stressores* parentais acabam por ter impacto nas interações pais-filhos, que, por sua vez, irão ter um impacto no desenvolvimento das crianças, no sentido de que a

maneira como os pais percebem e reagem à sua situação económica pode impactar a forma como cuidam dos filhos (Jeon & Neppel, 2019; Ward & Lee, 2020). Assim, as exigências de criar uma família quando confrontados com desvantagens socioeconómicas expõem os pais a fatores de risco adicionais, danificando as fontes de apoio e dificultando o desempenho das funções parentais (McLaughlin et al., 2012; Russell et al., 2008).

Pais que se encontram a viver em condições de desvantagem económica e social, tal como referido anteriormente, experienciam mais situações indutoras de *stress*, comparativamente a pais que não vivem nessas mesmas condições - e.g., conflito familiar intensificado, baixos níveis de apoio, uma maior exposição à violência familiar, bem como um maior risco de violência doméstica e, ainda, mais eventos de vida negativos no geral - apresentando níveis mais elevados de *stress* psicológico e depressão (Repetti et al., 2002; Slabbert, 2017; Valiente et al., 2007). Para além disso, apresentam uma probabilidade maior de processar a informação de forma automática, em vez de o fazerem de forma controlada, refletida e flexível (Vogel et al., 2015). Devido a isso, estes pais têm menor capacidade para compreender contextualmente os comportamentos dos filhos (e.g., quando, onde e como ocorrem), o que os leva a atribuir maior responsabilidade à criança e avaliar o seu comportamento como mais errado (Milner, 1993, 2003). Todos estes fatores contribuem para diminuir a capacidade de proporcionar uma parentalidade afetuosa e sensível (Nurius et al., 2015). De facto, em comparação com ambientes familiares de elevado estatuto económico e social, a parentalidade em ambientes familiares em que ocorre desvantagem económica e social e onde existem maiores níveis de *stress* parental caracteriza-se por ser mais punitiva (Hoffman, 2003), com maior instabilidade nas rotinas familiares do dia-a-dia (Evans, 2004), níveis mais elevados de caos e desorganização (Deater-Deckard et al., 2012; Evans et al., 2005) e por práticas e estilos parentais inadequados e inadaptativos (e.g., responsividade deficitária; recurso à punição) (Beckerman et al., 2017; Conger et al., 2012; Fonseca et al., 2020). Recentemente, um estudo realizado por Ward e Lee (2020), que teve como objetivo verificar se a responsividade parental observada surge como mediador da relação entre o *stress* parental e o desenvolvimento cognitivo da criança, o comportamento pró-social e os problemas de comportamento, em diversas famílias que vivem em situação de pobreza, concluiu que a experiência de *stress* parental torna menos provável que mães e pais se envolvam em interações positivas com os seus filhos.

No âmbito da parentalidade, os estilos parentais e práticas educativas constituem um fator fundamental e central para a compreensão da qualidade das relações entre pais e filhos bem como para o funcionamento e ajustamento psicológico destes últimos (Figueiredo & Lamela, 2014; Gadeyne et al. 2004; Roubinov, & Boyce, 2017). Assim, o estilo parental pode ser definido como uma dimensão estável ao longo do tempo, que corresponde ao ambiente físico e emocional na prestação de cuidados e socialização da criança, bem como nas atitudes em relação aos filhos (Darling & Steinberg, 1993; Figueiredo & Lamela, 2014; Hoff et al., 2002). Já as práticas parentais são comportamentos e atitudes específicos das interações entre pais e filhos, tais como o tom de voz, a linguagem corporal, a mudança de humor ou a própria expressão das emoções (Darling & Steinberg, 1993; Figueiredo & Lamela, 2014; Weber et al., 2006). Assim, é possível compreender que o estilo e a prática parental estão normalmente associados, uma vez que o conjunto das práticas vai dar forma ao estilo parental (Darling & Steinberg, 1993).

Neste sentido, Baumrind (1966; 1991), através das suas experiências de observação da interação entre mães-filhos, definiu três estilos parentais diferentes, tendo em consideração duas dimensões, o controlo e o afeto/responsividade: o estilo autoritativo, definido como o mais apropriado e que promove um melhor ajustamento socio-emocional das crianças (Baumrind et al., 2010), onde se enquadram pais exigentes e com algum controlo, mas com altos níveis de afeto e responsividade, ou seja, são pais que encorajam a partilha de opiniões e a autonomia dos filhos, explicam o raciocínio subjacente às decisões tomadas, e repreendem quando necessário; o estilo permissivo, por sua vez, é característico de pais que, apesar de responsivos e afetuosos, têm baixos níveis de exigência e controlo em relação aos seus filhos, aceitando os impulsos e desejos da criança, evitando a punição, e atribuindo poucas responsabilidades, permitindo que seja o filho a autorregular-se; o estilo autoritário inclui pais com níveis baixos de afeto e responsividade, e níveis elevados de controlo e exigência, caracterizando-se pela procura de controlo, com tendência a moldar os seus filhos de acordo com uma ideia pré-definida. Estes pais sobrevalorizam a obediência, não concedendo espaço aos filhos para argumentarem ou negociarem.

Esta tipologia dos estilos parentais elaborada por Baumrind (1966; 1991) foi posteriormente revista por Maccoby e Martin (1983) que, partindo de duas funções principais - exigência e a responsividade – definiram quatro estilos parentais, dois deles

equivalentes aos estilos autoritativo e autoritário e, outros dois, o indulgente e o negligente, que substituíram o estilo permissivo. Ao nível da responsividade e exigência, os pais indulgentes apresentam baixa exigência e uma elevada responsividade, enquanto os pais negligentes são definidos como não sendo exigentes nem responsivos, mostrando pouco afecto e envolvimento e também poucas regras e limites. São pais pouco presentes na vida dos filhos e sem tolerância. Estes autores defendem, ainda, que os estilos parentais de tipo negligente e indulgente estão geralmente associados a problemas no desenvolvimento dos filhos. Contudo, é importante considerar que os pais classificados como negligentes também podem ser aqueles cujas circunstâncias de vida apresentam barreiras que os impedem de desempenhar adequadamente as funções parentais, tais como situações de pobreza, doença mental, desemprego, angústia conjugal ou outros fatores de *stress* (Dalimonte-Merckling & Williams, 2020).

No que diz respeito aos estilos e práticas parentais em contextos de desvantagem económica e social, as práticas parentais autoritárias (e.g., punição física) são apontadas pela literatura como muito frequentes (Friedson, 2016; Hoff et al., 2002; Hoffman, 2003; Neppl et al., 2016), surgindo aliadas a uma sobrevalorização da obediência por parte dos pais (Baker & Barg, 2019; Bombi et al., 2011; Burchinal et al., 2010; Friedson, 2016; Lareau, 2011; Park & Lau, 2016). Malin et al. (2014), num com o objetivo identificar e descrever as estratégias de controlo usadas pelos pais de famílias que se encontram numa situação de desvantagem económica, constataram que a maioria dos pais recorria à regulação verbal, utilizando ao mesmo tempo estratégias de controlo comportamentais, como proibições, modelagem, suporte físico e disciplina física. Neppl et al., (2016) verificaram, num estudo que pretendia avaliar as ligações existentes entre angústia conjugal, parentalidade severa e comportamentos de externalização da criança, que dificuldades económicas estavam associadas a um maior *stress* emocional por parte dos pais, conflito conjugal e, conseqüentemente, ao recurso a punição física na interação com os seus filhos. No mesmo sentido, os resultados obtidos por Friedson (2016), num estudo sobre a relação entre estilo autoritário e origem social, revelaram que pais em desvantagem económica e social associam a punição física à convicção de que a obediência é fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos filhos. Vários estudos têm evidenciado a associação entre estilo parental autoritário e abuso físico (e.g., Dietz, 2000; Rodriguez, 2010).

Diversos estudos empíricos têm demonstrado que práticas negligentes são também comuns nestes contextos de desvantagem económica e social (Pereira et al., 2015), indicando, assim, ausência e/ou omissão de cuidados parentais (Gomide, 2017). Os pais negligentes têm, por norma, uma baixa autoestima e, muitas vezes, foram também eles vítimas de negligência e abusos na infância, sugerindo que quem não recebeu afeto na infância tem mais dificuldade em saber dar afeto e cuidados aos seus próprios filhos (Gomes, 2014). Os autores Slack et al. (2004), num estudo realizado com o objetivo de avaliar a influência da pobreza e de características parentais na negligência infantil, verificaram que indicadores de pobreza (e.g., dificuldades materiais percebidas; instabilidade laboral) e baixo níveis de afeto para com os filhos e uso de coerção física com o intuito de implementar disciplina são preditores de negligência infantil. Na mesma linha, um estudo realizado por Hussey et al. (2006), sobre a prevalência de maus-tratos infantis nos Estados Unidos e a sua relação com fatores sociodemográficos, concluiu que o risco de negligência física e de negligência por falta de supervisão parental está associado aos rendimentos familiares reduzidos. Por fim, um estudo que teve como população alvo mães sinalizadas em instituições de proteção de crianças e jovens devido a comportamentos maltratantes e negligentes, permitiu observar uma correlação significativa entre o contexto socioeconómico e a negligência (Calheiros & Monteiro, 2007).

A investigação científica demonstra que, ao longo do crescimento, os indivíduos vão interiorizando práticas parentais associadas ao contexto onde se desenvolvem, o que contribui para a transmissão dessas mesmas práticas às gerações seguintes quando desempenham o seu próprio papel parental (Lareau, 2011). Um estudo realizado por Weber et al., (2006) sobre transmissão dos estilos parentais ao longo de 3 gerações, demonstrou a transmissão dos aspetos negativos da parentalidade, tais como punição inadequada, modelos inconsistentes, entre outros. Contudo, é também importante referir que as mudanças ocorridas nos casos em que não ocorreu transmissão, foram para melhor, ou seja, mais envolvimento, mais afeto e maior comunicação entre mães e filhos. Uma revisão de literatura recente sobre a continuidade transgeracional da parentalidade, realizada por Rothenberg (2019), concluiu que as práticas parentais referentes ao afeto, hostilidade e controlo comportamental demonstram uma continuidade modesta ao longo das gerações. Um outro estudo sobre transmissão transgeracional em cuidadores na China rural, realizado por He et al., (2020), evidenciou que o estilo parental caracterizado pelo

afeto ou pela rejeição dos pais do cuidador, ou seja, da primeira geração, está significativa e positivamente associado ao estilo parental afetuoso ou hostil do cuidador, respetivamente. Estes autores demonstraram, ainda, que a transmissão do estilo parental hostil e rejeitante ao longo das gerações é totalmente mediada pelo estado de saúde mental do cuidador.

Para além da transmissão das práticas e estilos parentais, a evidência demonstra que existe também uma continuidade e transmissão transgeracional das dificuldades económicas, o que pode ser explicado pelo facto de o estatuto socioeconómico da família de origem desencadear uma série de eventos que restringem a mobilidade social e económica da próxima geração (Senia et al., 2016). Neste sentido, o estudo realizado por Bellani e Bia (2013), que estudou os canais de causalidade através dos quais nascer pobre afeta os resultados económicos do indivíduo como adulto, demonstrou o aumento da probabilidade de dificuldades económicas na adultície e uma diminuição da probabilidade níveis elevados de escolaridade, se as crianças forem expostas à pobreza. O estudo de Jeon e Neppl (2016), que examinou a continuidade transgeracional das dificuldades económicas, positividade dos pais e parentalidade positiva entre três gerações, demonstraram que existe, de facto, uma continuidade transgeracional nas dificuldades económicas e parentalidade positiva. Estes mesmos autores, num estudo mais recente (Jeon & Neppl, 2019), concluíram que a associação negativa entre pressão económica e positividade parental se verifica, quer em mães, quer em pais.

Satisfação Parental

Pode entender-se satisfação parental como a avaliação positiva que os indivíduos fazem acerca da sua eficácia no que diz respeito ao seu desempenho enquanto pai/mãe (Cruz, 2005), sendo que a avaliação de expectativas influencia esta satisfação, i.e., se uma mãe desempenhar o seu papel melhor do que estava inicialmente a supor, então, sentir-se-á satisfeita (Oliveira & Costa, 2005). Este construto pode, ainda, ser definido como os sentimentos de contentamento que os pais sentem em relação às suas responsabilidades para com a criança (Mouton & Tuma, 1988).

A satisfação parental é influenciada por diversos factores, como o sentimento de competência e de autoeficácia, o suporte conjugal e social, a idade dos filhos, as expectativas e o *stress* parental (Raikes & Thompson, 2005; Tonelo, 2015). A baixa satisfação dos pais tem sido também fortemente associada ao surgimento de problemas comportamentais nas crianças (e.g., Ohan et al., 2000) e questões de bem-estar dos pais,

incluindo depressão, ansiedade e *stress* (e.g., Raikes & Thompson, 2005; Rogers & Matthews, 2004) e a estilos parentais menos adaptativos (e.g., Ohan et al., 2000; Rogers e Matthews, 2004).

A literatura existente indica que a percepção de competência no desempenho do papel parental tem influência sobre a satisfação parental (e.g., Coleman & Karraker, 1997; Cruz, 2005). O sentimento de competência pode associar-se a maior autoconfiança e, por sua vez, com o sentimento de ser capaz de lidar com as funções e tarefas associadas ao desempenho do papel parental. Deste modo, pais com uma autoeficácia elevada estão mais predispostos para conseguir lidar com os desafios que a parentalidade apresenta, e, ao mesmo tempo, podem retirar maior satisfação desse esforço; por sua vez, os pais que se sintam mais impotentes, podem sentir-se menos satisfeitos na interação com os seus filhos (Coleman & Karraker, 1997). Alguns estudos demonstraram que as mães que apresentam níveis mais baixos de competência e satisfação parental percebidos podem sentir uma maior frustração e dificuldade com o desempenho do seu papel parental, levando a uma percepção pobre e satisfação limitada relacionada com a parentalidade (DeVito, 2010; Hudson et al., 2001).

O sentimento de competência dos pais afeta, pois, a sua satisfação parental o que, por conseguinte, promove a funcionalidade familiar, enquanto pais que se percebem como pouco competentes, sentem-se sobrecarregados com as responsabilidades parentais, o que pode resultar num desinvestimento no exercício do seu papel. Pais que se sentem mais eficazes, ou seja, que apresentam crenças parentais de eficácia, mostram ter uma maior capacidade para fornecer um ambiente afável, motivador e estimulante para o desenvolvimento dos seus filhos (Locke & Prinz, 2002) e podem, assim, obter um sentimento de realização pessoal retirando satisfação do seu papel parental. No mesmo sentido, alguns autores verificaram que quanto maior o sentido de autoeficácia e competência das mães, maior será a sua responsividade perante as necessidades das crianças (Schellenbach et al., 1992). Assim, torna-se possível compreender que a satisfação e a eficácia são dois conceitos que tendem a surgir muito associados entre si.

Brites e Nunes (2010) referem que a autoeficácia parental está relacionada com o sentimento de controlo que o indivíduo possui em relação às suas próprias competências e capacidades para obter um desempenho satisfatório na sua função parental, ou seja, o sentimento de eficácia vai dar origem ao sentimento de satisfação dos pais, tendo, por isso, uma dimensão afetiva muito importante. A autoeficácia parental engloba também a

autopercepção que os pais têm sobre a sua influência no desenvolvimento e comportamento dos seus filhos. Com efeito, esta percepção de autoeficácia parental abrange o conhecimento específico dos comportamentos que se devem adotar na educação de uma criança e confiança na capacidade individual para adotar esses comportamentos (Ferreira et al., 2014).

Cruz (2005) afirma que o sentimento de insatisfação dos pais pode surgir na sequência de uma autoavaliação negativa da sua eficácia enquanto figuras parentais, verificando-se três situações distintas em que esta avaliação pode surgir. A primeira está associada à percepção da incoerência entre os princípios e valores educativos dos pais e as suas ações concretas relativas à parentalidade. Outra situação que se revela uma fonte de insatisfação parental diz respeito à percepção da discordância entre os comportamentos e as realizações da criança, em relação aos padrões e expectativas que os pais tinham sobre os mesmos. Por último, destaca-se o sentimento de dúvida face à competência parental que pode surgir na sequência da situação anteriormente descrita ou em casos em que as crianças têm características particularmente difíceis de lidar e em que, por conseguinte, os pais se sentem impotentes face à criança (Cruz, 2005; Goodnow & Collins, 1990).

Alguns estudos (Aparício et al., 2016; Bornstein et al., 2003; Coleman & Karraker, 2000; Delvecchio et al., 2016), que analisaram a influência do contexto social dos pais, tal como o nível socioeconómico, demonstraram que pais com nível socioeconómico baixo tendem a ter níveis mais baixos de autoeficácia. Isto significa que os pais em contexto de desvantagem económica e social muitas vezes possuem crenças de que têm menos controlo sobre o desenvolvimento dos seus filhos como resultado da discrepância entre as metas que estabeleceram e a capacidade que possuem para as alcançar. Num estudo realizado por Raikes e Thompson (2005), que teve como objetivo analisar a relação entre níveis de *stress*, crenças de autoeficácia e a percepção de suporte social, tendo por base uma amostra de mães que viviam em situação de baixo rendimento, verificou-se uma associação negativa entre os níveis de *stress* percebidos e crenças de autoeficácia, concluindo que os pais em situação de pobreza são mais afetados pela sua situação económica quanto mais baixas forem as suas crenças de autoeficácia. Os pais que se consideravam capazes de enfrentar as situações desafiantes relacionadas com a pobreza, revelavam níveis mais baixos de *stress* relacionado com a parentalidade. Num estudo realizado por Bloomfield e Kendall (2012), as autoras concluíram que pais que se sentem menos eficazes experimentam níveis mais altos de *stress*, enquanto uma maior

autoeficácia parental está relacionada com menores níveis de *stress*. Alguns estudos longitudinais sugerem que a percepção de autoeficácia é relativamente estável ao longo do tempo (Coleman & Karraker, 2003) e que as mães revelam ter níveis de percepção de autoeficácia parental superiores aos dos pais (Salonen et al., 2009).

Autoimagem e Reflexividade Parental

Considerando a autoimagem como a ideia que o indivíduo tem de si próprio, nomeadamente no que se refere aos vários papéis que desempenha, justifica-se que influencie também a parentalidade e as atitudes a ela associadas (Correia & Serrano, 2000).

Neste sentido, poder-se-á compreender a associação da autoimagem parental ao sentido de competência parental, variável que tem sido apontada na literatura como importante para a compreensão das cognições parentais (Cruz, 2005; Okagaky & Bingham, 2005). Com efeito, a forma como os pais percecionam as suas competências para lidar com os desafios da parentalidade pode influenciar a relação com os seus filhos e o modo como a vivenciam. A literatura tem colocado em evidência que pais que confiam nas suas capacidades para lidar com os filhos são mais calorosos, mais recetivos em relação à criança, são menos hostis, inconsistentes e intrusivos e tendem a percecionar os seus filhos como menos difíceis (Coleman & Karraker, 2003; Sanders & Woolley, 2005). Por sua vez, os pais que não têm um sentido de competência parental positivo, não só mostram uma parentalidade menos adequada, como também tendem a afastar-se das interações com a criança (Coleman & Karraker, 1997).

Segundo Fachada (2010), é a avaliação valorativa que o indivíduo faz de si próprio e dos seus comportamentos que irá determinar a autoestima negativa ou positiva. A construção da autoestima engloba três processos, sendo eles a avaliação do indivíduo, tendo por base a forma como é visto pelos outros; a comparação social, que emerge da comparação do indivíduo com os outros significativos (e.g. pares), e as autoatribuições, que se traduzem na tendência para tirar conclusões sobre as próprias ações ou comportamentos em função dos sucessos ou fracassos prévios, mediados pelo esforço implicado para a consecução de determinada ação (Vaz Serra, 1988).

Segundo Aunola et al. (1999) e Sanders e Woolley (2005), a autoestima parental e a forma como as crianças são educadas estão associadas, uma vez que, progenitores com elevados níveis de autoestima possuem um estilo parental caracterizado por expressões de

afeto, encorajamento da autonomia da criança e são menos rigorosos, hostis, inconsistentes e intrusivos. Deste modo, a autoimagem parental positiva das mães pode promover uma parentalidade positiva e, conseqüentemente, amenizar o impacto da desvantagem económica e social no desenvolvimento das crianças (Albarran e Reich, 2014; Jeon e Neppl, 2016; Renner et al., 2015).

A reflexividade parental, definida como a capacidade dos pais para refletirem de uma forma crítica sobre a própria parentalidade, é um construto que se enquadra no domínio das cognições. Note-se que as cognições parentais (e.g., percepções e auto-percepções, atribuições, crenças, expectativas) têm uma forte influência no exercício da parentalidade (Bornstein et al., 2018; Fernandes et al., 2019).

No estudo qualitativo realizado por Narciso et al. (2018), verificou-se que a maioria das mães em situação de desvantagem económica e social demonstra ter uma autoimagem parental positiva, embora enquadrada numa capacidade limitada de refletir criticamente sobre o desempenho do papel parental. Assim, a reflexividade parental emergiu como um fator de contraste entre mães com e sem desvantagem económicas e sociais, sugerindo três tipos distintos de autoimagem parental positiva: a) a autoimagem parental positiva realista, que surgiu em mães que assumiam e valorizavam forças parentais mas também admitiam vulnerabilidades parentais e refletiam sobre elas; b) autoimagem parental pseudo-positiva, caracterizada por baixa reflexividade parental, sobrestimação das forças parentais e desvalorização de vulnerabilidades parentais; c) autoimagem parental positiva vazia, presente em mães que revelam (quase) ausência de reflexividade parental, não conseguindo justificar a auto-percepção positiva.

Um estudo realizado por Stacks et al. (2014) mostrou que os baixos níveis de escolaridade das mães, comuns em ambientes de desvantagem económica e social, estão associados a um insuficiente funcionamento reflexivo, i.e., capacidade de reflexão sobre as experiências mentais internas dos filhos e também sobre as suas (Caimorano, 2017; Stacks et al., 2014) e à baixa qualidade da parentalidade. A investigação científica demonstrou associações positivas entre funcionamento reflexivo e altos níveis de satisfação com as relações pais-filhos (Benbassat e Priel, 2012), sensibilidade dos pais (Stacks et al., 2014), vinculação segura (Katznelson, 2014; Stacks et al., 2014), regulação emocional adaptativa das crianças (Borelli et al., 2020), adoção de comportamentos de cuidado, como flexibilidade, capacidade de resposta, curiosidade e vontade de compreender os estados mentais da criança (Fonagy et al., 2018; Luyten et al., 2017). Por

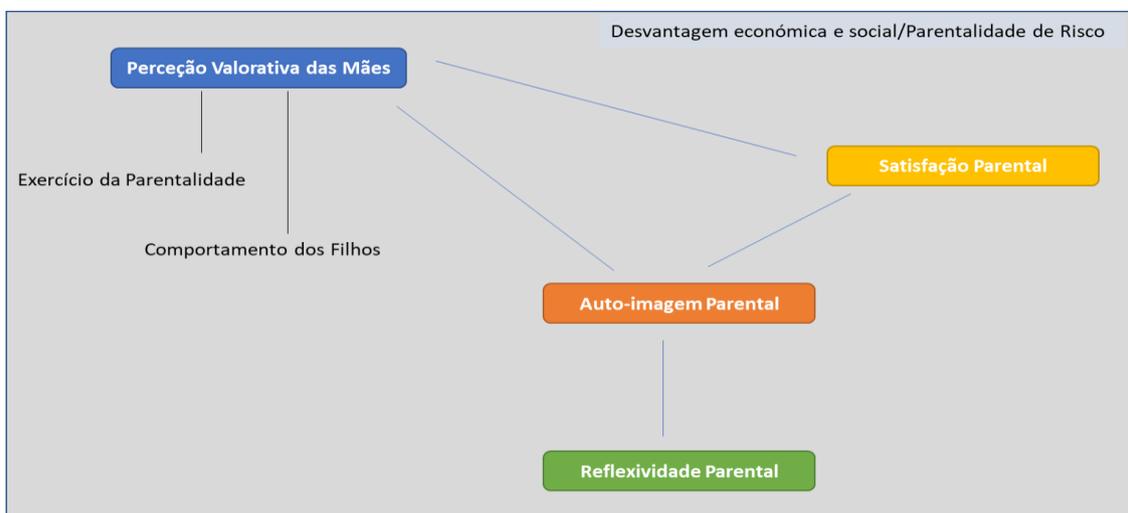
outro lado, o funcionamento reflexivo insuficiente dos pais aparenta estar relacionado a uma incapacidade de reconhecer que os estados mentais da criança são diferentes dos seus próprios (Slade, 2005), dificuldades na autorregulação afetiva, atribuições negativas para o comportamento infantil, dificuldades na regulação do comportamento das crianças (Stern, 2014), estratégias parentais inconsistentes (Roskam, 2015), problemas comportamentais dos filhos (Smaling et al., 2016), maior interação disfuncional infantil em mães e pais (Vismara et al., 2020) e percepção diminuída de autoeficácia (Roskam, 2015).

Presente Estudo

No presente estudo exploratório, pretende-se, através de uma abordagem metodológica qualitativa, compreender a percepção valorativa de mães em contexto de desvantagem económica e social e sinalizadas por parentalidade de risco sobre o exercício da parentalidade e comportamento dos filhos, bem como a sua satisfação parental, autoimagem e capacidade reflexiva. A Figura 1 – Mapa Conceptual de Investigação – pretende ilustrar de uma forma holística os objetivos gerais do presente estudo.

Figura 1.

Mapa Conceptual



Os objetivos gerais orientaram-nos para as seguintes questões de investigação: (1) Que funções da parentalidade são mais valorizadas?; (2) Que representações positivas e negativas sobre os filhos emergem?; (3) Que narrativas emergem sobre a transmissão de valores?; (4) Quais as principais fontes de (in)satisfação?; (5) Como se caracteriza a

autoimagem parental e que fatores a influenciam?; e (6) Que indicadores de reflexividade parental?

Método

O presente estudo¹, transversal e exploratório, alicerça-se numa metodologia qualitativa, uma vez que se pretende compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. (Bogdan, & Biklen, 1997; Queirós et al., 2017).

As questões iniciais - *“Como se caracterizam as narrativas de mães em contexto de desvantagem económica e social, sinalizadas por parentalidade de risco, sobre parentalidade e, particularmente, sobre a sua autoimagem parental e satisfação parental? O que revelam tais narrativas sobre reflexividade parental?”* – nortearam a definição dos objetivos supramencionados, bem como a sua tradução holística no Mapa Conceptual que se apresenta na Figura 1, o que, por sua vez, conduziu ao desenhar das questões de investigação.

Seleção e Caracterização da Amostra

A constituição da amostra seguiu uma estratégia de amostragem por conveniência, orientada para os objetivos, recorrendo-se, pois, a participantes que, potencialmente, potenciassessem o acesso a dados significativos para os objetivos do estudo (Birks & Mills, 2011; Daly, 2007) e cumprissem os seguintes critérios de inclusão: mães utentes da Unidade de Intervenção familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com sinalização por parentalidade de risco relativamente a (pelo menos) uma criança até aos 12 anos de idade, em contexto de desvantagem económica e social.

A amostra incluiu 36 mães com idades entre 20 e 54 anos ($M = 36,33$; $DP = 7,93$). Tal como indica a Tabela 1, a maioria das mães presentes neste estudo possui entre 7 a 9 anos de escolaridade e está numa situação de desemprego ($N = 22$), sendo igualmente maioritária ($N = 23$) a situação de monoparentalidade. Grande parte destas mães já teve ou encontra-se a ter acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico.

¹ O presente estudo enquadra-se num projeto de investigação e intervenção em curso no âmbito do Laboratório Associativo *ProChild Against Poverty and Social Exclusion* que inclui a colaboração das Equipas de Apoio à Família da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Os filhos que residiam com as mães, 37 (45,7%) raparigas e 44 (54,3%) rapazes tinham idades compreendidas entre os 18 meses e os 24 anos ($M = 8,56$; $DP = 4,19$). No que se refere ao número de filhos, 21 (58,3%) mães tinham entre 1 e 2 filhos ($N = 11$ e $N = 10$), 12 (33,3%) tinham 3 filhos e as restantes 3 (8,3%) mães tinham entre 4 e 5 filhos ($N = 1$ e $N = 2$).

Considerando o número total de filhos ($N = 81$), 45 (55,6%) encontravam-se em situação de sinalização. No que diz respeito a apoio técnico especializado, e de acordo com o reportado pelas mães, três (3,7%) crianças recebiam apoio médico, sete (8,6%) recebiam apoio escolar, doze (14,8%) recebiam apoio psicológico, três (3,7%) recebiam apoio pedopsiquiátrico, três (3,7%) recebiam apoio em termos de terapia da fala e, existiam ainda, três (3,7%) casos em que os filhos recebiam todos os apoios mencionados.

Tabela 1

Caracterização socio-demográfica da amostra

| Características | (N= 36) |
|----------------------------------|------------|
| Origem Geográfica | |
| Portuguesa | 22 (61,1%) |
| Brasileira | 4 (11,1%) |
| Cabo-verdiana | 2 (5,6%) |
| Angolana | 1 (2,8%) |
| Situação Laboral | |
| Trabalhadora por conta própria | 3 (8,3%) |
| Trabalhadora por conta de outrem | 6 (16,7%) |
| Biscates | 2 (5,6%) |
| Desemprego | 22 (61,1%) |
| Baixa Médica | 2 (5,6%) |
| Reforma | 1 (2,8%) |
| Grau de escolaridade | |
| 0 a 4 anos | 3 (8,3%) |

| | |
|------------------------------------|------------|
| 5 a 6 anos | 6 (16,7%) |
| 7 a 9 anos | 16 (44,4%) |
| 10 a 12 anos | 9 (25%) |
| Ensino Superior | 2 (5,6%) |
| Situação conjugal atual | |
| Casada | 5 (13,8%) |
| Coabitação | 8 (22,2%) |
| Sem relação | 23 (63,9%) |
| Acompanhamento Psicológico | |
| Nunca teve | 10 (27,8%) |
| Teve no passado | 17 (47,2%) |
| Tem atualmente | 7 (19,4%) |
| Acompanhamento Psiquiátrico | |
| Nunca teve | 20 (55,6%) |
| Teve no passado | 6 (16,7%) |
| Tem atualmente | 7 (19,4%) |

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico permitiu o acesso a informações várias sobre as participantes – e.g., idade, nível de escolaridade, situação laborar, situação conjugal, acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, religiosidade -, e sobre os filhos – e.g., número de filhos, sexo e idade, escolaridade, situação de sinalização, apoio técnico recebido.

Entrevista Semiestruturada

Foi realizada uma entrevista semiestruturada (curta), tendo por base três temas principais: representações dos pais sobre os seus filhos, sobre forças e fragilidades parentais, bem como satisfação parental. Segundo Braun e Clarke (2013), entrevistas semiestruturadas são as mais eficazes para uma investigação qualitativa, uma vez que, apesar de existir uma preparação prévia e de se recorrer à utilização de um guião de

entrevista, existe espaço e liberdade para os participantes levantarem questões que o próprio investigador possa não ter antecipado aquando da elaboração do guião, o que torna o processo de recolha de dados mais rico, e ajuda a captar os diferentes entendimentos e perceções dos participantes em relação ao tema a ser investigado.

O primeiro tema, referente às representações que as mães apresentam sobre os seus filhos, tinha como objetivo compreender a perceção que têm acerca das características dos seus filhos, nomeadamente, em termos de possíveis competências (características mais positivas) e dificuldades (características mais negativas). De forma a ser possível tratar estes temas foram colocadas questões como as seguintes: *“Queríamos pedir-lhe que falasse um pouco sobre os seus filhos...como são eles, quais as suas características”*. O segundo tema, referente às fragilidades e forças parentais, tinha como objetivo aceder a uma visão apreciativa sobre a sua própria - *“Imagine que outras mães e pais lhe podiam pedir emprestado algumas das suas qualidades para poderem ser melhores pais, o que lhe poderia emprestar?”* e *“E o que pediria emprestado a outras mães e pais para ser ainda uma melhor mãe?”*. Por fim, o último tema, referente à satisfação parental, teve como objetivo compreender a satisfação parental das mães em três dimensões: filho (ou seja, a satisfação com o seu comportamento); pai (i.e., a satisfação com o desempenho parental; a relação com os filhos - *“Está satisfeito com a relação que tem com os seus filhos?”* ou *“Era preciso mudar alguma coisa para estar ainda mais satisfeito?”*.

Procedimento de Recolha de Dados

Foi efetuado um primeiro contacto com as famílias pelos técnicos da Unidade de Intervenção Familiar da SCML, de forma a fornecer informação sobre o estudo e pedir a sua colaboração voluntária. Quando as famílias aceitavam colaborar, eram agendadas as sessões de aplicação do protocolo de investigação. As sessões foram realizadas nas instalações da SCML e tiveram uma duração total de cerca de 90 minutos (aproximadamente, 60 minutos de aplicação de instrumentos quantitativos e 30 minutos de entrevista).

Num primeiro momento, os investigadores em que dois elementos da equipa de investigação, liam e explicavam o documento relativo ao consentimento informado, o qual incluía a contextualização do estudo e informação sobre os objetivos gerais, natureza voluntária e gratuita da participação, possibilidade de desistência da participação a

qualquer momento e sem qualquer consequência, e anonimização e confidencialidade dos dados. O documento de consentimento informado continha também o contato de email do projeto de investigação para acesso aos resultados gerais da investigação ou esclarecimentos adicionais bem como informação sobre a possibilidade de recurso ao Serviço à Comunidade da FPUL, se assim o desejassem. Após a leitura e explicitação das referidas informações, obtinha-se o acordo formal para a participação no estudo através da assinatura do consentimento informado, e iniciava-se a recolha dos dados.

Os dados da amostra foram, pois, previamente recolhidos por investigadores que colaboraram no projeto supramencionado no âmbito do *ProChild Colab*, entre junho de 2018 e fevereiro de 2020². No âmbito do referido projeto, foi também utilizado, para além do questionário sociodemográfico e do guião de entrevista semiestruturado, um conjunto de instrumentos quantitativos, os quais não estão descritos por não serem objeto de análise da presente dissertação. Devido à baixa literacia das participantes, todos os instrumentos quantitativos bem como o questionário sociodemográfico foram aplicados oralmente, sendo os dados registados pelos investigadores.

Análise de dados

Após a transcrição das entrevistas, procedeu-se à análise temática (Braun & Clarke, 2006), tendo sido utilizado como recurso o *software* de análise qualitativa de dados, NVivo, versão 12.

Seguindo as recomendações de Braun e Clarke (2006; 2013), a análise temática incluiu as seguintes fases: *familiarização com os dados*, correspondendo a uma primeira leitura dos dados e anotações de ideias iniciais que surjam em relação aos mesmos; *codificação inicial dos dados*, correspondendo a uma codificação aberta (Corbin & Strauss, 1990; Flick, 2009) com a criação de primeiros códigos com designações muito próximas do discurso dos participantes; *procura de temas, revisão de temas e nomeação e definição de temas* que envolveu a designada codificação axial (Corbin & Strauss, 1990; Flick, 2009), implicando uma análise com aprofundamento progressivo, primeiro com um foco de análise intra-categorial e, posteriormente, expandindo para um foco também inter-categorial integrativa, permitindo identificar e nomear temas emergentes;

² Previa-se a recolha de dados até ao final de abril, no entanto foi interrompida devido à situação Covid-19.

finalmente, a sexta fase correspondeu à *escrita da análise dos dados*, ou seja, à sua descrição e ilustração com excertos das entrevistas e posterior reflexão e integração com a literatura revista (Braun & Clarke, 2006; Clarke & Braun, 2013).

Todo o processo de análise de dados foi também norteado pelo cumprimento de procedimentos essenciais que potenciam a qualidade da análise qualitativa (e.g., constante comparação entre dados; codificação predominantemente indutiva, sendo as categorias sobretudo emergentes e não a partir de teorias prévias; saturação teórica; codificação efetuada pelo investigador sob contínua supervisão e revisão da orientadora de estágio) (Birks & Mills, 2001; Charmaz, 2006).

Resultados

Nesta secção, serão apresentadas as categorias emergentes da análise sustentada pela codificação axial intra-categorial. Nas narrativas das mães, emergiram as seguintes categorias centrais: *funções da parentalidade, percepções sobre os filhos, preocupações e receios parentais, obstáculos ao exercício da parentalidade, narrativas sobre transmissão de valores e fontes de satisfação e insatisfação na parentalidade*.

Funções da Parentalidade

As principais funções da parentalidade que emergiram no discurso das mães foram *Afetividade, Dedicção, Compreensão e Suporte* (32)³, *disciplina e orientação* (22), *diálogo* (13) e *proteção* (5).

Afetividade, Dedicção, Compreensão e Suporte

Os participantes destacaram *dedicção, disponibilidade e dar atenção* (23), ou seja, ter um papel ativo na vida dos filhos e passar tempo de qualidade com os mesmos –

“Por exemplo, em relação à atenção, por exemplo, eu vejo, e vou falar do que vejo, há aqueles pais que eu vejo que estão no parque com as crianças e sacam do

³ A frequência de casos codificados em cada categoria será anotada entre parênteses a seguir à sua designação.

telemóvel (...) quando se vai com as crianças com esses parques e tudo, em vez de estar no telemóvel, irmos com eles (...)” (LFO, 24; 3)⁴.

As mães focaram, também, *amor e expressão de afeto* (17), sublinhando a importância de colocar as necessidades dos filhos em primeiro lugar –

“Porque os meus filhos são a luz da minha vida, sem eles eu acho que não faria sentido estar aqui, portanto, gosto...quero ser boa mãe, gosto de ser boa mãe, tento ser boa mãe para que nada lhes falte e para mim é tudo, para mim são tudo” (CN, 44; 16, 8).

Por fim, foi também enfatizada a necessidade de *compreender e perceber os filhos* (11) de forma a reconhecer os sinais que estes transmitem, em relação aos seus sentimentos e necessidades –

“Acho que acima de tudo é haver um bom diálogo com os filhos, independentemente da idade que eles tenham, tentar perceber sempre quando eles estão até mais inquietos ou mais introvertidos, o que é que os preocupa (...), acho que é muito importante nós também se queremos que os nossos filhos sejam o nosso exemplo nós darmos o exemplo” (SB, 38; 16, 4).

“Sim, a paciência, o saber ouvi-los, o saber contornar as situações, porque eu vejo, pronto, mesmo cá fora, não quer dizer que nós todos pais, há dias que temos os nossos dias, como é normal, pronto, mas eu acho que há pais que são pais só por serem pais, só porque é giro dizer que têm filhos, porque nota-se e vê-se que não têm paciência, não têm coisa (...)” (CS, 54; 24, 20, 10).

Disciplina e Orientação

No que se refere à *disciplina* (18), emergiu com forte relevância a noção de *regulação do comportamento* (15) –

“Sim, provavelmente, acho que era a única coisa que passava para elas. Porque há muitas mães que preferem bater do que... ou bater, gritar, ralhar e não sei quê... não... não... eu prefiro: «Olha menino, a partir de amanhã isto corta, não há», «Ah, até quando?», «Até eu me apetecer (...)»” (LF, 33; 19, 18, 13, 9, 6).

⁴ Os excertos ilustrativos de cada categoria serão seguidos, entre parênteses, de um código identitário da participante, um número a representar a idade da participante e a idade de cada um dos filhos residentes. Neste caso, (LFO, 24; 3) significa que a participante LFO tem 24 anos e um(a) filha com 3 anos.

A regulação do comportamento emergiu, no discurso das mães, quase sempre associada a *firmeza parental* (13) –

“Ainda ontem ela comeu umas gomas, hoje de manhã me estava a perguntar: «Logo vais comprar gomas» e eu: «Não, não vou», «Ah, mas tu recebeste», «Pois, mas eu não vou, tu já comeste». É não, é não e acabou-se, começou a fingir que chora e eu assim: «Podes chorar à vontade, podes chorar, o que é não, é não”» (NA,47;17,14,6).

As práticas de regulação do comportamento mais referidas por estas mães passaram pelo ralar e pelos castigos, sublinhando a necessidade de *estabelecer regras e impor limites* aos filhos.

Relativamente à *orientação* (10), a análise mostrou a sua ligação à preocupação com uma *educação para o futuro*, sobretudo no sentido de independência e preparação para a vida adulta –

“Eu às vezes costumo dizer isto e as pessoas dizem: «Ah, não devias falar assim», mas eu falo, eu costumo dizer: «Um dia que eu morra, eu quero-vos deixar preparados para o mundo, eu quero que vocês sejam uns meninos que não necessitam de ninguém (...) sejam independentes e que façam a vossa vida sem precisar de ninguém» (...)” (MCF, 36; 16, 15, 12, 10, 2).

Diálogo

O *diálogo* emergiu como relevante não apenas na educação e na disciplina a transmitir aos filhos mas também como facilitador da qualidade positiva da relação através da partilha e auto-revelação –

“Porque acho que nós temos uma boa relação, falamos de tudo. Quando digo tudo, é tudo mesmo no geral e, a medo, porque é verdade, porque são rapazes, a gente sempre fala um bocadinho de tudo e eu consigo perceber se há algum problema, se eles estão com problemas na escola, se têm algum problema com alguns amigos” (MCF, 36; 16, 15, 12, 10, 2).

Proteção

A função *proteção* foi referida, quer de um modo global, quer apontando concretamente para questões de saúde ou de segurança, nomeadamente, no que diz respeito a más influências e violência nas comunidades de residência –

“Estão no karaté, elas estão a lidar com quem? Desportistas, os colegas, nos escuteiros é um ambiente familiar, o ambiente religioso que também é junto com a igreja, ou seja, é uma forma de proteger, sim, mas também de ensiná-las o melhor caminho, de perceber que aquele mundo em que nós às vezes passamos e vimos, não presta” (SC, 41; 13, 13).

Perceções sobre os Filhos

A análise ao discurso das mães revelou perceções *positivas* e perceções *negativas*.

Perceções Positivas

Em relação aos comportamentos, atitudes e competências valorizadas, estes surgiram sobretudo associados às dimensões *interpessoal* e *cognitiva* e ainda a outras *caraterísticas pessoais*.

No que se refere à *dimensão interpessoal*, as mães (33) demonstraram dar muito valor à *afetuosidade* (20) em particular para com a família, mas também para com os outros que os rodeiam - “A minha menina é a minha princesa não é? É a minha menina, super-meiga, fofa, é... sei lá, uma miúda espetacular (...)” (ALMS, 40; 23, 21, 14). Valorizaram, ainda, a *obediência e respeito* (17) –

“Eu odeio isso, não gosto, em aspetos do que eu passei, não gosto, não admito, pronto. Nem faltarem respeito nem à mãe, nem ao pai, não têm que faltar (...) Foi o que eu lhe disse a ela: sou eu que sou a mãe não é ela. Ela não tem de me levantar nem a mão a mim, nem a nenhum adulto, seja o que for. Não tem de mexer em nada que é dos outros, principalmente tirar e levar para casa” (FO, 26; 8, 7, 3) –

bem como a *preocupação com os outros* (14), principalmente no sentido de demonstrarem serem apoiantes, atenciosos e empáticos - “Ela é assim, ela se preocupa muito com os outros, a Nicole é aquela criança que chega e se tiver uma criança sozinha, ela já vai lá brincar e tenta brincar com aquela criança e faz amizade rápido” (MRS, 31; 4, 2). As mães também enalteceram o seu apresso pela *sociabilidade* (9) - “São os três amorosos (...) são crianças sociáveis que fazem logo amigos, se eles foram ao parque e

não sei quê, eles fazem logo amigos com meninos que não conhecem de lado nenhum, começam logo a fazer brincadeiras” (DA, 34; 16, 8, 6) - e pelo *sentido de família* (7) –

“Pronto... com... eles têm coisas que é... isso é um bocado difícil de explicar, tem a ver com a intimidade familiar não é? Que é atenção que, em família nós temos uns com os outros, já eles sendo tão pequenos, eles saberem que é importante, estão sempre a dizer que é muito importante a família e tentam sempre agir dessa forma (...) isto é uma coisa que reflete bem a saúde da família” (EC, 45; 6).

Nas narrativas das mães, foi também notória a valorização da *independência/autonomia* (7), associado ao desempenho de tarefas sem necessidade de apoio –

“(...) sabe que na África as vezes... você não tem essa noção, mas na África, lá, a educação é muito rigorosa, muito rigorosa mesmo, a criança tem de levantar cedo, fazer as tarefas, as coisas, as crianças de lá não são como aqui que às vezes só jogam vídeo games, ou só ficam no telefone ou... as crianças lavam loiça, fazem coisas, fazem trabalhos” (NG, 37; 8).

A *autenticidade* (6) na relação foi também sublinhada por algumas mães como uma característica positiva dos filhos associada à liberdade e à-vontade para falarem sobre tudo o que os possa inquietar, mostrando explicitamente que não gostam de mentiras –

“A nossa relação não podia ser melhor, eles sabem tudo de mim, dei sempre a confiança para eles falarem comigo, seja a pior coisa que eles possam ter feito no mundo ou a melhor, estarem sempre a contar que eu estou aqui para eles, para o que der e vier. Não acho que me escondam nada, não há nada que eles não me digam. Eu acho que a nossa relação é estupenda” (ALMS, 40; 23, 21, 14).

A *dimensão cognitiva* emergiu muito associada ao desempenho académico, tendo as mães (13) mencionado particularmente a *inteligência* (6) e o facto de os filhos serem *estudiosos* (5) - “A Jéssica é uma miúda completamente diferente, é uma miúda super-estudiosa, super-inteligente, graças a Deus, não é desfazer do meu filho, só que são totalmente diferentes” (CN, 44; 16, 8).

Relativamente a outras características pessoais (12), as mães elogiaram o facto de os filhos serem *tranquilos/sossegados/calmos* (4), tornando o desempenho do seu papel parental menos desafiante - “Depois, temos a L. que é... a protegida e é uma menina muito

calma, muito meiguinha, não dá trabalho nenhum” (MCF, 36; 16, 15, 12, 10, 2). Para além disso, as mães valorizaram a *alegria* (3) associando-a a felicidade - “Sim, ela não sabe o que é uma zanga, não sabe o que é tristeza, não sabe nada, está sempre alegre, aquilo só vê felicidade à frente dela, é feliz por todo o lado” (MH, 38; 19, 12, 9). Algumas mães elogiaram o facto de os filhos demonstrarem *maturidade* e serem *trabalhadores*, o que, na sua perspetiva, é indicador de um trajeto de independência.

Perceções Negativas

Em relação a comportamentos, atitudes e competências desvalorizadas, estes surgiram associados à dimensão *interpessoal*, a *características pessoais*, *comportamentos anti-sociais* e *psicopatologia*, e *problemas na escola*.

Em relação à *dimensão interpessoal* (28), as mães refeririam a *conflitualidade* (21), com destaque para a *teimosia* (15) demonstrada pelos seus filhos, desafiando a autoridade parental e não querendo obedecer ao que lhes está a ser dito ou pedido para fazer - “É a teimosia, é a teimosia, é muito teimoso, tem de ser tudo assim como ele quer, como ele quer, no aspeto de... ser realizado à maneira, como ele precisa... é a teimosia, só...” (ALMS, 40; 23, 21, 14). Algumas participantes destacaram também como aspeto negativo a *dependência interpessoal* (10), enquanto outras referiram o seu descontentamento em relação ao *distanciamento interpessoal* (9).

Nas características pessoais (9), as perceções negativas incidiram sobretudo no ser *irrequieto* (4), reforçando o apreço que as mães demonstraram pela tranquilidade. Nos comportamentos antissociais e psicopatologia (5), as mães revelaram descontentamento com a *mentira* (4) - “Sim, o meu filho mudar, o meu filho mudar, para dar mais tranquilidade à família, não se meter em tanta bagunceira, não ser mentiroso (...)” (CN, 44; 16, 8), sendo esta disruptiva da harmonia familiar, bem como do desenvolvimento de relações de confiança. Um número mais reduzido de mães referiu, ainda, os problemas na escola (3) - “(...) ele tem assim comportamentos em questões também da escola, ele não trabalha mesmo na escola. Ele descalça-se, começa a furar a parede, deita-se, não faz mesmo nada” (FO, 26; 8, 7, 3).

Preocupações Parentais

As narrativas das mães revelaram algumas *preocupações parentais*, estando subjacente dois focos distintos: *filhos* (10) e *contextos problemáticos* (6).

As preocupações com foco direto nos filhos emergiram associadas particularmente ao *comportamento dos filhos* - “Sim, o meu filho mudar, o meu filho mudar (...), mas ele não é uma boa influência, está a perceber? Não é uma boa influência para a irmã e isso não pode ser, não pode ser, isso preocupa-me” (CN, 44; 16, 8) -, destacando-se principalmente os comportamentos mais disruptivos, ligados à agressividade e criminalidade. É também importante salientar o receio em relação ao *afastamento físico dos filhos*, seja por estes não residirem com a mãe ou por se aproximarem da etapa de saída de casa, significando, conseqüentemente, maior independência.

A preocupação com os *contextos problemáticos* (6) emergiu associada à *instabilidade familiar* e ao *contexto comunitário* - “A zona em que nós moramos, nós moramos na esquina de cima, em baixo é a avenida da droga e em frente nós temos a metadona, aquelas coisas (...) eu disse à Dra. que quero tirá-las daquela zona, porque vê constantemente, subir e descer, este tipo de coisas...” (SC, 41; 13, 13) -, que ameaçam a segurança e o bem-estar dos filhos.

Obstáculos ao Exercício da Parentalidade

Os resultados evidenciaram alguns *obstáculos ao exercício da parentalidade*. Emergiram com particular relevância os obstáculos *socioeconómicos* (13) associados a dificuldades económicas (e.g., salário, habitação, emprego precário, desemprego) e desvantagens sociais (e.g., falta de apoio social, incompreensão social), e os *familiares* (8) (e.g., violência conjugal ou familiar no passado, exposição dos filhos à violência, separação conjugal).

Narrativas sobre Transmissão de Valores

No discurso de algumas mães, emergiu também o esforço de *transmissão de valores* aos filhos (18), destacando-se o *respeito e obediência*, os quais surgiram predominantemente associados a *educação* -

“Sei que estou a fazer um bom papel, principalmente que estou a dar-lhes uma educação para que sejam bons adultos no futuro, acho que isso é muito importante nos dias que hoje correm (...) É muito importante eu dar o exemplo às minhas filhas de como estava a verbalizar há bocado, de lhes dizer: «Olha chega-me ali qualquer coisa, *por favor*». E ela vem-me trazer e eu digo: «*Obrigado*». Eu acho que isso é muito importante mesmo, não é só para os de fora, também dentro de

casa porque são pequenos gestos que no futuro têm grandes reflexos na sociedade” (SB, 38; 16, 4).

Os resultados evidenciaram também a preocupação com a transmissão de outros valores tais como *persistência, honestidade, responsabilidade, trabalho, valor do dinheiro, autonomia, igualdade e família*.

Fontes de Satisfação e Insatisfação na Parentalidade

Fontes de Satisfação

As entrevistadas destacaram, na sua grande maioria, que uma das principais fontes de satisfação na parentalidade prende-se com a *relação com os filhos* (33) sustentada por *afeto e proximidade* - “Muito satisfeita com a relação que tenho com os meus filhos (...) os meus filhos gostam muito de mim e eu também gosto muito dos meus filhos” (MD, 36; 20, 12, 10); “Sinto-me satisfeita porque dentro das dificuldades a gente somos muito chegados somos muito protetores uns dos outros, somos... sinto-me satisfeita em tudo, porque onde há amor estamos bem” (DA, 34; 18, 8, 6), “(...) ou seja... portanto, eu tenho uma relação maravilhosa com a minha filha e sinto que a minha filha também tem uma relação única comigo” (VCG, 26; 2).

Outra fonte de satisfação identificada foi o próprio *desempenho do papel parental* (32) - “tenho a saúde dos meus filhos toda impecável, sou muito organizada, sou, gosto de andar em cima, mesmo que ela diga: «Ah, mas eles estão bem, não precisa de cá vir», não faz mal, gosto de estar sempre em cima” (DA, 34; 18, 8, 6), “eu não sou nada egoísta com a minha filha, primeiro vem ela, não sei se isso é correto, pronto, mas primeiro vem sempre ela. Mas basicamente ajuda muito ser boa observadora e intuitiva” (EF, 46; 3) -, enaltecendo as suas características mais positivas e que vão ao encontro das principais funções da parentalidade, como o afeto, a atenção, a dedicação e o estar presente.

Por fim, as mães demonstraram estar satisfeitas com os *comportamentos e características dos filhos* (27) - “(...) o D, todos os dias, acorda-me com um beijinho de bom dia (...) «Mãe, bom dia». E dá-me um abraço e depois eu digo: «Vá, agora vá, levanta da caminha e vamos vestir»” (ACG, 21; 3), “É meiga quando quer, não é meiga muito físico, mas é. É inteligente (...) Não dá muito trabalho, basicamente, é daquelas crianças que é fácil de lidar, tem uma boa personalidade” (EF, 46; 3), “É meiguinho, é... sei lá o que é que hei de dizer... é meiguinho também, é amigo do pai e da mãe” (EA, 48; 5).

Fontes de Insatisfação

Em relação à insatisfação na parentalidade, a maioria das participantes referiu o *desempenho e características parentais* (26), destacando particularmente a falta de paciência e de firmeza, atribuindo a primeira sobretudo ao comportamento dos filhos, e, a segunda, à suas próprias histórias de vida - “(...) para mim é um miúdo a quem eu não consigo dizer “não” a nada” (ALMS, 40; 23, 21, 14); “Podia, dizer mais vezes um “não” assim bem arredondado” (MH, 38; 19, 12, 9), “Mais paciência porque também a minha chega a um limite. Mais paciência e... o D é impulsivo e eu também sou muito impulsiva, acho que é o meu defeito de todos é ser muito impulsiva” (ACG, 21; 3).

Os *comportamentos e características dos filhos* foram também apontados como fonte de insatisfação parental (18), sendo particularmente enfatizados a teimosia dos filhos e, conseqüentemente, o desafio e a desobediência - “(...) é uma miúda muito reservada e tem um feitio idêntico ao do pai, então de vez em quando ali... chocamos um bocadinho as duas... elas vira-me as costas, vai para o quarto sossegada” (LF, 33; 19, 18, 13, 9, 6); “A N é só mesmo a parte da teimosia, é na hora de dormir que ela é mais assim e também na parte das regras, às vezes, ela é um bocadinho teimosa para poder cumprir as regras (...)” (MRS, 31; 4, 2), “Ah, ele sempre foi muito teimoso, muito, muito teimoso...” (AC, 44; 18, 16).

Reflexividade Parental

A análise transversal do discurso das mães permitiu identificar vários indicadores de *reflexividade parental* (31), ou seja, da capacidade de reflexão crítica sobre o exercício da sua própria parentalidade, destacando-se a *auto-crítica parental* (19) –

“Acho que se eu agora pudesse voltar há dois anos exatamente atrás, eu tinha feito tudo de maneira diferente, já me teria separado do pai dele com mais tempo, já tinha começado a cuidar (...) apesar de eu já ter uma ligação muito grande com o meu filho, sentir uma ligação mais forte, foi agora quando me separei do pai dele, que senti que realmente o meu filho precisa de mim.” (LFO, 24; 3); “Acho que pedia paciência e mais sabedoria ao falar com eles, às vezes na hora da raiva eu não sei falar muito e acho que isso dificulta” (DS, 33; 9, 6, 2); “Mais confiança, está-me a entender o que é que eu quero dizer? Não é que eu sinta desconfiança, mas mais firmeza, pronto a palavra é mais firmeza” (CS, 54; 24, 20, 10).

a reflexão sobre *obstáculos ao exercício da parentalidade* (15) (já anteriormente mencionados) e a *comparação social* (10) – “Porque há muitas mães e eu sei de algumas, que... quando se portam mal preferem bater, não sou da opinião que isso vá resultar” (LF, 33; 19, 18, 13, 9, 6); “Já não falo do amor, porque o amor todos os pais têm pelos filhos, mas principalmente o que acho que há aqui em falta, em Portugal, é a falta de compreensão” (CN, 44; 16, 8).

Algumas mães, embora em menos número, evidenciaram também capacidade reflexiva sobre o *impacto da parentalidade nos filhos*, o *papel dos pais como modelo para os filhos*, a *influência de fatores culturais na parentalidade*, a *necessidade de aprender com o conhecimento e experiência de outros*, e expressaram *dúvidas sobre o desempenho do papel parental*.

Note-se, contudo, que um cerca de metade dos pais (18) evidenciou também dificuldade ao nível da reflexividade, mostrando *dificuldade em identificar ou refletir sobre* (as suas) *fragilidades parentais* ou mesmo *negando necessidade de aperfeiçoamento parental* (14) – “Sei lá... eu acho que não me falta nada para ser melhor mãe... é a minha opinião...” (AM, 36; 17, 14, 12, 4); “Sei lá... não sei, sei lá... como mãe, não sei...” (ARM, 38; 21, 16, 6).

Algumas participantes, embora em menor número mostraram sinais de uma insuficiência reflexiva mais acentuada, revelando uma clara *dificuldade em identificar as suas competências parentais*, referindo competências demasiado abrangentes e pouco claras como, por exemplo, “Dar educação”, ou mostrando-se resistentes à reflexão, refugiando-se na resposta “Não sei”, ou confundindo competências parentais com características pessoais – “sou amiga do amigo” (CSS, 37; 17, 15, 7). Algumas poucas mães mostraram também dificuldade em justificar a sua satisfação parental – “Porque tenho de estar satisfeita, eles são meus filhos...” (CSS, 37; 17, 15, 7); “Estou muito satisfeita com a relação deles porque... como é que eu hei de dizer... isto é difícil... ai... estou a tentar explicar, mas não me sai nada” (FO, 26; 8, 7, 3) – e em *descrever características dos filhos* – “... eu estou-lhe a dizer, nem a mim me sei descrever, quanto mais os outros... eles, ora bem, eles... não sei explicar...” (AC, 44; 18, 16).

Discussão

A presente dissertação teve como objetivos centrais compreender a percepção valorativa de mães em contexto de desvantagem económica e social e sinalizadas por parentalidade de risco sobre o exercício da parentalidade e comportamento dos filhos, bem como a sua satisfação parental, autoimagem e capacidade reflexiva. Nesta secção, será apresentada uma discussão articulada dos resultados anteriormente descritos e integrada com a revisão de literatura efetuada, bem como uma reflexão sobre as forças e limites do estudo realizado e os seus contributos para a intervenção e investigação.

A leitura transversal intra e inter-categorial dos resultados revelou quatro temas emergentes que sugerem princípios-guia para o exercício da parentalidade adequada e um tema que sugere um perfil de “bom filho”. Esta análise permitiu-nos também compreender a relação triangular entre satisfação parental, autoimagem e a reflexividade.

Princípios-Guia para o Exercício da Parentalidade

O Afeto e a Priorização dos Filhos

A priorização dos filhos emergiu associada a funções parentais correspondentes ao domínio afetivo, com particular destaque para o amor, dedicação e prestação de cuidados, mas também no que se refere à escuta, compreensão e tolerância. Estes resultados contrariam, de certo modo, os verificados em alguns estudos prévios (e.g., Jeon & Neppl, 2016), os quais apontam para baixos níveis de afeto e envolvimento com os filhos em contextos de desvantagem económica e social.

Contudo, deve salientar-se que apesar de estas mães poderem, na sua parentalidade, apresentar sinais de afetividade negativa, não significa que não possuam competências ao nível da afetividade positiva (Narciso et al., 2018). Além do mais, podem considerar fundamental o amor, dedicação e prestação de cuidados aos filhos, embora tal nem sempre tenha uma correspondência concreta e equilibrada na sua prática parental, devido a uma multiplicidade de fatores - e.g., as suas histórias de vida marcadas por situações de adversidade; aprendizagens negativas; crenças e significações inadaptables sobre amor, dedicação e cuidados; acumulação de fatores de *stress*; insuficiente capacidade reflexiva. Note-se, ainda, que estas mães e as suas famílias encontravam-se em intervenção familiar na SCML, o que pode ter influência no exercício da sua parentalidade e na própria capacidade reflexiva. Acresce que o facto de se tratar de um

estudo qualitativo, permitindo uma maior compreensão e aprofundamento contextual dos processos envolvidos (em comparação com estudos quantitativos) pode também contribuir para explicar a divergência em relação aos resultados de estudos como os de Jeon e Neppl (2016).

A afetividade, amor e dedicação incluem-se numa das duas dimensões que caracterizam os estilos parentais, propostas por Baumrind (1966), ou seja, no afeto/responsividade, que se refere ao calor emocional, à capacidade de apoiar a criança e à promoção da individualidade e autorregulação emocional. Este resultado vai ao encontro dos obtidos por dois estudos (Lo Cricchio et al., 2019; Narciso et al., 2018), onde se verificou que as mães indicam a afetividade/responsividade como uma das principais características de um “bom pai/boa mãe”. No mesmo sentido, McCormack (2005) constatou que as mães que se encontram em contextos de dificuldades socioeconómicas, e em situação de monoparentalidade, definiam uma “boa mãe” como alguém que colocava os filhos em primeiro lugar, que investe tempo e está presente. Quando mulheres em situação de pobreza têm filhos, a maternidade muitas vezes torna-se o componente central da sua identidade e, como tal, estas esforçam-se para criar e manter o seu estatuto de “boas mães” (McCormack, 2005).

As participantes salientaram a importância da escuta, compreensão e tolerância, atributos que emergiram, frequentemente, associadas, à necessidade de paciência. Muito embora a paciência fosse referida por muitas das mães num quadro auto-valorativo, foi também apontada como insuficiente e geradora de insatisfação com o desempenho parental. Note-se que tal insuficiência foi sobretudo atribuída aos comportamentos de desafio dos filhos e à dificuldade de auto-controlo das mães. Na literatura tem sido sublinhado que as atribuições parentais funcionam como um filtro interpretativo dos comportamentos dos filhos, condicionando as respostas parentais (Fernandes et al., 2019). Estas atribuições, associadas a uma baixa capacidade de funcionamento reflexivo, que muitos pais nestes contextos de desvantagem apresentam (Stacks, 2014), reflete-se na dificuldade em regular as suas próprias emoções e as das crianças e em atribuições negativas ao comportamento dos filhos (Stern, 2014).

Neste sentido, está demonstrado que pessoas que experienciam uma situação crónica de *stress* (e.g., desvantagem económica e social), apresentam uma probabilidade maior de processar a informação de forma automática, em vez de o fazerem de forma controlada, refletida e flexível (Vogel et al., 2015). Devido a isso, estes pais têm menor

capacidade para compreender contextualmente os comportamentos dos filhos (e.g., quando, onde e quando ocorrem), o que os leva a atribuir maior responsabilidade à criança e avaliar o seu comportamento como mais errado (Milner, 1993, 2003). O estudo de Beckerman et al., (2017), comprovou que atribuições parentais negativas medeiam a associação entre a experiência de *stress* parental e o uso de técnicas disciplinares mais severas e potencialmente abusivas.

Firmeza Com ou Sem Paciência?

A análise transversal inter-categorial revelou a importância atribuída pelas mães à firmeza parental na regulação do comportamento dos filhos. Por outro lado, como supramencionado, a relevância da paciência é também destacada por muitas participantes. Estes resultados permitem hipotetizar alguma dificuldade em equilibrar a firmeza e a paciência.

Sabe-se que o estilo autoritativo, definido como o mais apropriado, é o que promove um melhor ajustamento socio-emocional das crianças (Baumrind et al., 2010). Este é característico de pais exigentes e com algum controlo, mas com altos níveis de afetividade e responsividade, obrigando a investimento e disponibilidade por parte dos pais (Baumrind, 1966; 1991). Contudo, pelo facto de estas mães viverem em situação de intensa adversidade económica, têm uma probabilidade forte de estar expostas a níveis mais elevados de *stress*, diminuindo fortemente a sua sensibilidade para responder de uma forma adequada às necessidades das crianças (Bradley & Bornstein, 2002; Jeon & Neppl, 2016; Nurius et al., 2015). Assim, esta elevada exposição a situações geradoras de *stress* pode resultar numa maior impaciência e agressividade (Mistry et al., 2002), o que contribui para que adotem práticas parentais negativas (Conger et. al, 2012; Roubinov, & Boyce, 2017). Neste sentido, a adoção de práticas parentais negativas está associada à adoção de um estilo parental autoritário, caracterizado por pais com níveis elevados de controlo e exigência, onde existe uma procura de controlo, com tendência a moldar os seus filhos de acordo com uma ideia pré-definida. Estes pais sobrevalorizam a obediência, não concedendo espaço aos filhos para argumentarem ou negociarem (Baumrind, 1966; 1991).

Neste sentido, podemos hipotetizar que as participantes se encontram numa situação de conflito interno, na medida em que valorizam a paciência, i.e., a tolerância, flexibilidade e condescendência, mas também a firmeza parental na regulação do

comportamento dos filhos. Contudo, uma multiplicidade de fatores (e.g., história de vida, dificuldades financeiras, situação de desemprego) pode levar a que estas mães experienciem níveis mais intensos de *stress*, dando origem a elevados níveis de frustração e níveis baixos de tolerância e paciência, os quais potenciam comportamentos e práticas parentais mais hostis e severos, aliados a uma sobrevalorização da obediência e do seu papel enquanto autoridade, o que pode comprometer a parentalidade positiva.

Autoridade e obediência – De Pequenino é que se Torce o Pepino

A análise do discurso das mães revelou que estas dão muito valor ao seu papel enquanto autoridade e, por conseguinte, à obediência dos filhos. Os resultados evidenciaram que, para estas mães, a disciplina constitui uma das suas funções principais, no sentido de impor desde cedo regras e limites, os quais devem ser seguidos e respeitados. Em coerência, a teimosia dos filhos – frequentemente associada a desobediência -, foi uma das características dos filhos que emergiu com maior conotação negativa.

Estes resultados são coerentes com a literatura empírica que evidencia, consensualmente, a sobrevalorização da obediência por pais em contextos de desvantagem económica e social (Baker & Barg, 2019; Burchinal et al., 2010; Friedson, 2016; Lareau, 2011). Uma das explicações para tal ocorrência está assente no facto de as condições precárias de vida económica e social destes pais os poderem levar a valorizar características de obediência e respeito nos filhos, uma vez que são considerados necessários para a superação dos desafios económicos que os mesmos podem vir a experienciar (Bombi et al., 2011).

Note-se, contudo, que apesar de as mães presentes nesta amostra valorizarem a obediência por parte dos filhos, considerando-a fundamental ao longo do seu desenvolvimento, não parecem achar essencial o recurso à coerção física, tendo sido criticado, por várias participantes, o uso de tais técnicas. Este resultado encontra-se em divergência com o obtido por Friedson (2016), cujo estudo revelou que pais em desvantagem económica e social tendem a considerar a punição física associada à necessidade de obediência como sendo fundamentais ao longo do crescimento e desenvolvimento dos filhos. Como foi já supramencionado, o facto de as mães deste estudo se encontrarem em intervenção familiar na SMCL pode ter potenciado uma parentalidade mais adaptativa.

Abertura, Transparência e Autenticidade

A abertura, transparência e autenticidade emergiram como uma das características mais valorizadas nas narrativas das mães, tendo sido considerado essencial que o desempenho parental seja baseado no diálogo, contruindo um espaço de trocas recíprocas e com abertura à genuinidade, em que os filhos podem falar sobre tudo, sem receios. Neste sentido, estas mães valorizam o facto de manterem uma relação com os filhos baseada na confiança e honestidade, incentivando os filhos a falar sobre o que os incomoda, o que sentem e, sobretudo, sem mentiras. Para que tal seja possível, as mães reforçam a ideia de “modelo”, sublinhando a necessidade de serem, elas próprias, sinceras com os seus filhos. No presente estudo, foi, pois, evidente a valorização da comunicação e do diálogo na relação que estabelecem com os filhos, e o desagrado com comportamentos que possam comprometer essa comunicação, como é o caso da mentira.

A comunicação assume-se como elemento fundamental para o estabelecimento de relações no sistema familiar (Segrin & Flora, 2005). Esta permite não só identificar, reconhecer e fornecer respostas às necessidades primárias da parentalidade (Relvas, 1996), como também transmitir confiança e segurança nas relações estabelecidas com os restantes membros da família (Dias, 2015). Por sua vez, problemas na comunicação podem conduzir a conflitos familiares decorrentes de incompreensão e que afetam posteriormente as interações positivas entre pais e filhos (Dias, 2015).

Neste estudo, o diálogo surgiu, assim, como uma das principais funções associadas à parentalidade, a par do afeto (que engloba expressão afetiva, dedicação, compreensão e suporte), da disciplina e orientação e, por fim, da proteção. Tal é consonante com a literatura científica que indica que as principais funções associadas ao papel dos pais são: união, disciplina, educação, bem-estar geral e proteção, sensibilidade e diálogo (Senese et al., 2012). As mães realçaram o diálogo no sentido de facilitar o estabelecimento de relação, bem como no sentido de fornecer educação e disciplina, pautada pela obediência e respeito pelos outros. Uma vez mais, os resultados apontaram para a relevância da obediência tal como é característico na parentalidade em contextos de desvantagem económica e social (Baker & Barg, 2019; Burchinal et al., 2010; Friedson, 2016; Lareau, 2011). Um estudo de Park e Lau (2016), concluiu que pais em situação de desvantagem económica e social consideravam a obediência, em comparação com a independência, como uma qualidade infantil bastante valorizada.

O “Bom” Filho: Afetuosidade, Preocupação com os Outros, Respeito e Obediência.

A leitura transversal intra e inter-categorial dos resultados colocou em evidência o perfil do que é um “bom” filho. Na lente das participantes, o “bom” filho ou o filho ideal é aquele que demonstra elevados níveis de afetuosidade, caracterizados por demonstrações de afeto, especialmente para com as mães, mas também para com a restante família (e.g., irmãos).

Os resultados evidenciaram também a satisfação das mães quando os filhos mostram preocupação com os outros, disposição para ajudar quem precise, empatia e sociabilidade. De acordo com Baker e Barg (2019), os pais preocupam-se com o tipo de pessoa que seu filho é, querem que eles possuam certas qualidades, ou seja, tomam uma posição sobre o tipo de pessoa que querem que os filhos sejam, revelando, assim, os seus próprios valores e a vontade de os transmitir. A transmissão de valores é considerada uma tarefa fundamental tanto dentro da família como no contexto mais vasto da sociedade (Schwartz, 2014). Neste sentido, alguns pais podem querer que os seus filhos sigam as normas e valorizem as tradições. Em contraste, outros pais podem querer que seus filhos demonstrem maior independência. Alguns pais podem, ainda, querer que os seus filhos demonstrem comportamentos pró-sociais, no sentido de ajudar o outro (Baker & Barg, 2019). As participantes do presente estudo dão mais importância a que os seus filhos apresentem valores pró-sociais, no sentido de se preocuparem com os outros e prestarem auxílio, sempre que necessário e, simultaneamente, que sejam obedientes e que respeitem os outros. Pais que valorizam comportamentos pró-sociais tendem a manifestar um estilo parental atencioso, caloroso e apoiante (Baumrind, 1991).

O facto de a maioria das participantes revelar uma perceção muito positiva sobre os filhos, foi associado a satisfação parental, quer com o comportamento dos filhos, quer com a relação mãe-filhos, o que pode também constituir um indicador de autoimagem parental positiva na medida em que estão mais ou menos explícitas as competências das mães na educação dos seus filhos. A literatura tem colocado em evidência que pais que confiam nas suas capacidades para lidar com os filhos são mais calorosos, mais recetivos em relação à criança, são menos hostis, inconsistentes e intrusivos e tendem a perceber os seus filhos como menos difíceis (Coleman & Karraker, 2003; Sanders & Woolley, 2005), revelando também uma autoimagem parental positiva (Cruz, 2005; Okagaky & Bingham, 2005). Por sua vez, os pais que não têm um sentido de competência parental positivo, não só mostram uma parentalidade menos adequada, como também tendem a

afastar-se das interações com a criança (Coleman & Karraker, 1997), sendo que a baixa satisfação dos pais tem sido fortemente associada ao surgimento de problemas comportamentais nas crianças (e.g., Ohan et al., 2000).

O triângulo Satisfação Parental, Autoimagem e Reflexividade Parental

A maioria das participantes mostrou uma percepção positiva do exercício da sua parentalidade, sobretudo no domínio da afetividade parental, o que sugere uma autoimagem parental predominantemente positiva. As mães reportaram, em geral, satisfação parental, quer com o desempenho do seu papel parental, quer com a relação entre pais e filhos, o que também constitui um indicador de autoimagem parental positiva. É ainda de salientar que algumas das mães compararam as suas competências com as de outras mães, revelando uma percepção de superioridade parental.

A literatura indica que a percepção de competência no desempenho do papel parental tem influência sobre a satisfação parental (e.g., Coleman & Karraker, 1997; Cruz, 2005). O sentimento de competência pode associar-se a maior autoconfiança e, por sua vez, com o sentimento de ser capaz de lidar com as funções e tarefas associadas ao desempenho do papel parental. Com efeito, a forma como os pais percecionam as suas competências para lidar com os desafios da parentalidade pode influenciar a relação com os seus filhos e o modo como a vivenciam. Assim, pais que se sentem mais eficazes, mostram ter uma maior capacidade para fornecer um ambiente afável, motivador e estimulante para o desenvolvimento dos seus filhos (Locke & Prinz, 2002), sentem-se realizados, e retiram satisfação do seu papel parental.

A literatura demonstra que pais com nível socioeconómico baixo tendem a apresentar níveis mais baixos de autoeficácia e, por conseguinte, níveis mais baixos de satisfação (Aparício et al., 2016; Bornstein et al., 2003; Coleman & Karraker, 2000; Delvecchio et al., 2016), o que não se verifica no presente estudo. É de salientar que vários autores (Jeon & Neppel, 2016; Taylor et al., 2012; Wright et al., 2013) defendem que a autoimagem positiva, a percepção de autoeficácia, a disposição para abordar a vida com uma visão positiva e um alto grau de satisfação são características que desempenham um papel importante, minimizando as dificuldades financeiras, o que pode explicar os nossos resultados.

Metade das participantes identificou características que percecionam como menos positivas para o exercício da sua parentalidade, apesar de algumas revelarem, no seu

discurso, uma clara insuficiência em termos de elaboração cognitiva, o que pode penalizar a otimização da sua capacidade reflexiva. As principais autocríticas incidiram na falta de paciência e de firmeza, irritabilidade, impulsividade e na forma de lidar com o comportamento dos filhos. O facto de as mães terem identificado estas características, que constituem dificuldades no desempenho da sua parentalidade, demonstra, pelo menos, a potencialidade para a reflexividade parental, i.e., para a reflexão crítica acerca da parentalidade (Narciso et. al., 2018). A capacidade de reflexão sobre temas relacionados com a parentalidade é uma ferramenta de elevada relevância para ajudar os pais a lidar com o comportamento dos filhos (Roskam, 2015). Contudo, tal como o funcionamento reflexivo, a reflexividade parental é pouco comum em contextos de desvantagem socioeconómica, presumivelmente devido aos baixos níveis de escolaridade e às adversidades económicas (Stacks et al., 2014). Podemos, assim, hipotetizar que o acompanhamento individual e/ou familiar na SCML esteja a influenciar positivamente a sua capacidade reflexiva.

As mães presentes neste estudo identificaram também situações contextuais presentes nas suas vidas, que surgem como obstáculos ao desempenho e exercício da sua parentalidade, penalizando o seu desempenho. Neste sentido, os principais obstáculos identificados por estas mães foram as dificuldades económicas, muitas vezes relacionadas com a situação de desemprego que enfrentam, e que as impedem de fornecer melhores condições aos filhos. Este resultado encontra-se em concordância com o obtido por Russell et al., (2008), que demonstrou que as dificuldades financeiras foram unanimemente identificadas como a principal barreira para a capacidade de os pais desempenharem o seu papel, visto que estes frequentemente não possuíam a capacidade de atender às necessidades básicas dos seus filhos.

A situação de monoparentalidade foi outro obstáculo mencionado, contribuindo para o agravamento das dificuldades financeiras e para a sobrecarga de tarefas. Algumas das mães em situação de monoparentalidade justificaram a separação conjugal na sequência de violência conjugal/familiar, revelando sentimentos de culpa pelas situações adversas vivenciadas pelos filhos. Estudos demonstram que pais que se encontram a viver em condições de desvantagem económica e social experienciam mais situações indutoras de *stress*, - e.g., conflito familiar intensificado, baixos níveis de apoio, uma maior exposição à violência familiar, bem como um maior risco de violência doméstica e, ainda, mais eventos de vida negativos no geral - apresentando níveis mais elevados de *stress*

psicológico e depressão (Repetti et al., 2002; Slabbert, 2017; Valiente et al., 2007). Muitas mulheres que experienciam situações de conflito e violência nunca chegam a sair dessa situação, muitas vezes porque não possuem os meios para o fazer. Tomar medidas contra a violência doméstica pode ter diversas repercussões, como a perda de emprego, habitação e rendimentos, sendo que estas ficam acentuadas pelo facto de que as mulheres nestes contextos de desvantagem têm frequentemente baixos níveis de educação, reduzindo significativamente a possibilidade de empregos alternativos, o que reforça a situação de dificuldade financeira (Slabbert, 2017). Todos estes fatores, em acumulação, contribuem para diminuir a capacidade de proporcionar uma parentalidade afetuosa e sensível (Nurius et al., 2015).

Torna-se importante realçar que, apesar de as mães presentes neste estudo refletirem criticamente sobre características suas e obstáculos que penalizam o desempenho do papel parental, não aparentam deixar que tal facto afete a perceção que têm da sua competência e, no geral, a satisfação que sentem na parentalidade.

Assim, apesar das auto-perceções negativas, parece dominar uma autoimagem positiva, uma vez que as mães relataram satisfação com o desempenho do papel parental, associado a um senso predominante de competência e eficácia para lidar com os desafios inerentes à parentalidade. Esta situação foi também verificada por Narciso et. al. (2018), que concluiu que a amostra do seu estudo, composta por mães que se encontravam numa situação de desvantagem económica e social, apresentava também uma autoimagem parental predominantemente positiva. Conforme indica a literatura, a autoimagem parental positiva das mães pode promover uma parentalidade positiva e, conseqüentemente, amenizar o impacto da desvantagem económica e social no desenvolvimento das crianças (Albarran e Reich, 2014; Jeon e Neppl, 2016; Renner et al., 2015).

Tal como indicam Aunola et al. (1999), e Sanders e Wooley (2005) a autoestima parental e a forma como as crianças são educadas estão associadas, verificando-se que progenitores com elevados níveis de autoestima possuem um estilo parental caracterizado por expressões de afeto, encorajamento da autonomia da criança, sendo que são menos rigorosos, hostis, inconsistentes e intrusivos. Contudo, apesar de as participantes apresentarem uma autoimagem parental positiva, estão sinalizadas por parentalidade de risco, o que permite supor que as suas práticas parentais nem sempre são (ou correm o

risco de não ser) adaptativas. Assim poder-se-ia hipotetizar um desajuste entre a autoimagem parental positiva que remete para uma parentalidade adequada e a realidade do exercício da parentalidade indicadora de menor adequação. Tal desajuste pode sugerir uma insuficiente reflexividade crítica parental. Camilo et al. (2019) num estudo com o objetivo de examinar as diferenças entre as representações da maternidade em mães sinalizadas para serviços de proteção à criança e mães sem referência a esses serviços, verificou que as representações cognitivas observadas para o grupo de mães sinalizadas indicavam uma necessidade de autoproteção e preservação da autoestima responsável pela tendência para atribuírem as suas dificuldades parentais a fatores externos que não dependem diretamente delas, preservando, assim, uma autoimagem parental positiva, já de si fragilizada devido à situação de sinalização por parentalidade de risco.

Cerca de metade das mães revelou dificuldade ao nível da reflexividade, sendo notória quer a negação da necessidade de aperfeiçoamento, quer a sua incapacidade para refletir sobre as suas fragilidades parentais. Algumas mães mostraram também dificuldade em concretizar competências parentais e/ou dificuldade em justificar concretamente a satisfação parental. Estas ocorrências podem indicar que existe uma tendência por parte destas mães em negar ou evitar assumir as suas dificuldades parentais, de modo a diminuir a frustração e preservar uma autoimagem parental positiva (Narciso et al., 2018), que poderia encontrar-se fragilizada devido à situação de sinalização por parentalidade de risco (Camilo et al., 2019). Por outro lado, o facto de as participantes se apresentarem satisfeitas com a sua parentalidade, o que contribui para o estabelecimento desta autoimagem parental positiva, ao mesmo tempo que se encontram sinalizadas por parentalidade de risco, pode indicar a existência de uma discrepância entre a perceção que estas mães possuem das suas competências e as práticas parentais mais desajustadas que podem possuir. No mesmo sentido, autores como Stacks et al. (2014) constataram, tal como supramencionado que pais em desvantagem económica e social revelam níveis mais baixos de funcionamento reflexivo, devido à existência de baixos níveis de escolaridade e adversidades contextuais, comuns nestes contextos.

De acordo com o indicado por Narciso et al., (2018), é possível considerar três tipos distintos de autoimagem parental positiva: a) a autoimagem parental positiva realista, que surge em mães que assumem e valorizam forças parentais mas também admitem vulnerabilidades parentais e refletem sobre elas; b) autoimagem parental pseudo-positiva, caracterizada por baixa reflexividade parental, sobrestimação das forças parentais e

desvalorização de vulnerabilidades parentais; c) autoimagem parental positiva vazia, presente em mães que revelam (quase) ausência de reflexividade parental, não conseguindo justificar a autopercepção positiva. Face à dificuldade de reflexividade de um grande número das mães do presente estudo, podemos hipotetizar um predomínio de autoimagem pseudo-positiva e, em certos casos, uma autoimagem parental positiva vazia, o que é concordante com os resultados do estudo de Narciso et al. (2018).

Limites e Forças do Estudo

O presente estudo apresenta algumas limitações que devem de ser tidas em consideração.

Em relação à composição da amostra, o facto de o estudo estar centrado apenas em mães, impediu o acesso à exploração das narrativas dos pais (masculinos) em contexto de desvantagem económica e social. Poderia ser enriquecedor para o conhecimento que se tem nesta área, compreender as significações, e ter acesso ao ponto de vista dos pais em relação aos temas aqui abordados.

Referente à caracterização da amostra, poderão estar presentes algumas questões culturais, uma vez que algumas das participantes eram provenientes do Brasil e de alguns países africanos (Cabo-Verde e Angola) e, apesar de a língua oficial nesses países ser a portuguesa, poderão ter ocorrido algumas dificuldades na compreensão do significado de algumas das questões.

Existe a possibilidade de terem ocorrido situações de desajustabilidade social em resposta às questões feitas na entrevista, uma vez que, como eram mães sinalizadas por parentalidade de risco, e que se encontram num contexto de desvantagem económica e social, estas poderão ter respondido às questões de acordo com o que consideram ser socialmente aceite e apropriado. Como a participação na investigação era de cariz voluntário, é também possível que não tenha abrangido mães com dificuldades parentais mais acentuadas ou que não se sentissem confortáveis em abordar a sua experiência pessoal no desempenho do papel parental.

Para além disso, o facto de os dados terem sido previamente recolhidos, encontra-se em divergência com a recomendação de concomitância entre a recolha e a análise de dados. Na pesquisa qualitativa, recomenda-se que a análise dos dados seja simultânea à recolha de dados. Isto permite ao investigador fazer ajustes ao longo da recolha dos dados e redirecionar a mesma se necessário. Neste sentido, esperar até que todos os dados sejam

recolhidos figura-se como uma perda de oportunidade para reunir dados mais confiáveis e válidos (Merriam, 2002).

Contudo, este estudo apresenta algumas forças. Este foca-se na parentalidade em contexto de dificuldades económicas e sociais, incluindo mães com sinalização por parentalidade de risco. Devido à carência de investigações que abordam e descrevem diretamente sobre as perspetivas de pais em contexto de adversidade económica, o presente estudo contribui para uma maior compreensão das experiências das mães e da forma como estas vivem a parentalidade, revelando a sua perspetiva sobre as funções da parentalidade, as suas capacidades e limitações no desempenho deste papel, fontes de satisfação, bem com de insatisfação, sublinhando a importância da reflexividade parental e a sua possível influência na construção de uma autoimagem parental positiva.

Implicações para a Intervenção e Continuidade da Investigação

Estudos Futuros

Em futuras investigações, será importante diversificar ainda mais a amostra e aumentar a sua dimensão, de modo a ser mais representativa das famílias em contexto de desvantagem económica e social. Neste sentido, seria importante permitir a inclusão de pais (sexo masculino), uma vez que a literatura demonstra que não só o baixo funcionamento reflexivo das mães, mas também o dos pais, está associado a interações disfuncionais pai-criança e aumento do *stress* parental (Vismara et al., 2020). Assim, em estudos futuros, seria relevante analisarem-se os temas abordados na presente dissertação, e.g., as representações sobre os filhos, a satisfação parental e autoimagem e, em última instância, a presença de fatores referentes à presença de reflexividade parental, em amostras compostas por pais que se encontrem em contexto de desvantagem económica e social.

Será também interessante em estudos futuros recorrer-se a amostras mais diversificadas, que permitam a comparação de resultados em relação a um conjunto diversificado de variáveis importantes nesta temática, e.g., motivos de sinalização, ou seja, se estas famílias se encontram sinalizadas apenas por questões económicas ou se por parentalidade de risco e, sendo por parentalidade de risco (negligência *vs.* abuso), perceber como diferentes motivos da sinalização influenciam as atribuições feitas em relação à parentalidade.

Tendo em conta os resultados deste estudo, torna-se imperativo a realização de mais estudos na área da reflexividade, uma vez que esta é uma capacidade que permite a compreensão das emoções do próprio, mas também dos outros, parecendo estar associada à adoção de certos comportamentos menos positivos por parte dos pais (e.g., comportamentos hostis). A existência de reflexividade na parentalidade permite a tomada de consciência de competências e práticas adotadas na regulação do comportamento dos filhos, que nestes contextos podem ser menos adaptativos, o que poderá ser o ponto de partida para muitos destes pais iniciarem processos de mudança de comportamentos.

Implicações para a Intervenção

Considerando os resultados do presente estudo e as informações presentes na literatura, que indicam existe em contextos de desvantagem económica e social uma capacidade limitada de refletir criticamente sobre o desempenho do papel parental (Narciso et al., 2018). Para além disso, o funcionamento reflexivo, componente essencial da reflexividade parental, constitui uma competência com potencial para afetar a qualidade da relação mãe-filho (Slade, 2005), sendo por norma insuficiente nestes contextos (Caimorano, 2017; Stacks et al., 2014). Como tal, estratégias de intervenção com os pais no sentido de aumentar esta capacidade é de extrema importância, estando associadas a melhorias no comportamento dos pais e contribuem para a promoção de uma parentalidade positiva (Katznelson, 2014; Roskam, 2015; Slade, 2005; Stacks et al., 2014; Stern, 2014).

A parentalidade é um desafio para muitos pais, e os que se encontram a desempenhar este papel em contextos de desvantagem económica e social enfrentam situações potenciadoras de níveis elevados de *stress*, e.g., dificuldades financeiras, monoparentalidade, conflito conjugal, divórcio, entre outros, que podem influenciar e tender a enfraquecer as competências parentais e, ainda, condicionar as práticas parentais, afetando negativamente o ajustamento das crianças (Bronte-Tinkew et al., 2010; Solmeyer & Feinberg, 2011). Em Portugal, as intervenções com vista à promoção das competências parentais são relativamente escassos (Abreu-Lima, 2018). Assim, seria benéfico implementar programas que visassem e promovessem uma parentalidade positiva, uma vez que pais que usufruem desses programas relatam um aumento da comunicação, aprendem estratégias disciplinares eficazes, aplicam expectativas adequadas ao desenvolvimento, que contribuem para um aumento nos comportamentos positivos e pró-sociais dos filhos (Garcia et al., 2018)

Referências Bibliográficas

- Abidin, R. (1992). The determinants of parenting behavior. *Journal of Clinical Child Psychology, 21*, 407-412. <https://doi.org/10.1207/s15374424jccp210412>.
- Abreu-Lima, I. (2018). Promover a parentalidade positiva: o Triple P em Portugal. *Atas do VI seminário internacional cognição, aprendizagem e desempenho*. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117087/2/289945.pdf>.
- Albarran, A., & Reich, S. M. (2014). Using baby books to increase new mothers' self-efficacy and improve toddler language development. *Infant and Child Development, 23*, 374–387. <https://doi.org/10.1002/icd.1832>.
- Aparício, G., Cunha, M., & Duarte, J. (2016). Self-perception of parental competence in parents of pre-school children. *Atención Primaria, 48*(1), 247-252.
- Aunola, K., Nurmi, J. E., Onatsu-Arviolommi, T., & Pulkkinen, L. (1999). The role of parents' self-esteem, mastery-orientation, and social background in their parenting styles. *Scandinavian Journal of Psychology, 40*(4), 307-317. <https://doi.org/10.1111/1467-9450.404131>.
- Baker, W., & Barg, K. (2019). Parental values in the UK. *The British journal of sociology, 70*(5), 2092-2115. <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12658>.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child development, 37*(4), 887-907. <https://doi.org/10.2307/1126611>.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *The journal of early adolescence, 11*(1), 56-95. <https://doi.org/10.1177/02724316911111004>.
- Baumrind, D., Larzelere, R. E., & Owens, E. B. (2010). Effects of Preschool Parents' Power Assertive Patterns and Practices on Adolescent Development. *Parenting: Science and Practice, 10*(3), 157-201. <https://doi.org/10.1080/15295190903290790>
- Beckerman, M., van Berkel, S. R., Mesman, J., & Alink, L. R. (2017). The role of negative parental attributions in the associations between daily stressors,

maltreatment history, and harsh and abusive discipline. *Child abuse & neglect*, 64, 109-116. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.12.015>

Bellani, L., & Bia, M. (2013). Measuring intergenerational transmission of poverty. (Artigo). Congresso ECINEQ. http://www.ecineq.org/ecineq_bari13/FILESxBari13/CR2/p72.pdf.

Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child development*, 55(1), 83-96. <https://doi.org/10.2307/1129836>.

Benbassat, N., & Priel, B. (2012). Parenting and adolescent adjustment: The role of parental reflective function. *Journal of adolescence*, 35(1), 163-174. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2011.03.004>.

Bhat, P., & Khadi, P. (2018). Maternal parenting quality: A comparative study of urban and rural mother-infant dyads in their natural settings. *International Journal of Pure & Applied Bioscience*, 6(4), 63-70. <https://doi.org/10.18782/2320-7051.6690>.

Birks, M., & Mills, J. (2011). *Grounded theory - A practical guide*. Sage.

Bloomfield, L., & Kendall, S. (2012). Parenting self-efficacy, parenting stress, and child behaviour before and after a parenting programme. *Primary Health Care Research & Development*, 13(4), 364-372. <https://doi.org/10.1017/S1463423612000060>.

Bogdan, R., & Biklen, S. K. (1997). *Qualitative research for education*. Allyn & Bacon.

Bombi, A. S., Pastorelli, C., Bacchini, D., Di Giunta, L., Miranda, M. C., & Zelli, A. (2011). Attributions and attitudes of mothers and fathers in Italy. *Parenting*, 11(2-3), 129-141. <https://doi.org/10.1080/15295192.2011.585557>.

Borelli, J. L., Lai, J., Smiley, P. A., Kerr, M. L., Buttitta, K., Hecht, H. K., & Rasmussen, H. F. (2020). Higher maternal reflective functioning is associated with toddlers' adaptive emotion regulation. *Infant Mental Health Journal*. <https://doi.org/10.1002/imhj.21904>.

Bornstein, M. H., Hendricks, C., Hahn, C. S., Haynes, O. M., Painter, K. M., & Tamis-LeMonda, C. S. (2003). Contributors to self-perceived competence, satisfaction, investment, and role balance in maternal parenting: A multivariate ecological analysis. *Parenting: Science and Practice*, 3(4), 285-326. https://doi.org/10.1207/s15327922par0304_2

- Bornstein, M. H., Putnick, D. L., & Suwalsky, J. T. (2018). Parenting cognitions→ parenting practices→ child adjustment?: The standard model. *Development and psychopathology*, *30*(2), 399. <https://doi.org/10.1017/S0954579417000931>.
- Bradley, R., & Bornstein, M. (2002). *Handbook of parenting*. Lawrence.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, *3*(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. SAGE.
- Brites, R., & Nunes, O. (2010). Uma nova escala de autoeficácia parental: Estudos sobre validação. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho, Portugal*. https://www.researchgate.net/profile/Rute-Brites/publication/264883381_UMA_NOVA_ESCALA_DE_AUTO-EFICACIA_PARENTAL_ESTUDOS_SOBRE_VALIDACAO/links/557aab7708aeb6d8c02096b0/UMA-NOVA-ESCALA-DE-AUTO-EFICACIA-PARENTAL-ESTUDOS-SOBRE-VALIDACAO.pdf
- Bronte-Tinkew, J., Horowitz, A., & Carrano, J. (2010). Aggravation and stress in parenting: Associations with coparenting and father engagement among resident fathers. *Journal of Family Issues*, *31*(4), 525-555. <https://doi.org/10.1177/0192513X09340147>.
- Burchinal, M., Skinner, D., & Reznick, J. S. (2010). European American and African American mothers' beliefs about parenting and disciplining infants: A mixed-method analysis. *Parenting: Science and Practice*, *10*, 79-96. <https://doi.org/10.1080/15295190903212604>.
- Calheiros, M., & Monteiro, M. (2007). Relações familiares e práticas maternas de mau trato e negligência. *Análise Psicológica*, *25*(2), 195-210. <https://doi.org/10.14417/ap.440>.
- Caimorano, A. (2017). Mentalizing makes parenting work: A review about parental reflective functioning and clinical interventions to improve it. *Frontiers in psychology*, *8*, 14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00014>.

- Camilo, C., Garrido, M. V., Ferreira, M. B., & Calheiros, M. M. (2019). How does mothering look like: A multidimensional approach to maternal cognitive representations. *Journal of Family Issues*, *40*(17), 2528-2552. <https://doi.org/10.1177/0192513X19860171>
- Cates, C. B., Weisleder, A., Dreyer, B. P., Johnson, S. B., Vlahovicova, K., Ledesma, J., & Mendelsohn, A. L. (2016). Leveraging healthcare to promote responsive parenting: impacts of the Video Interaction Project on parenting stress. *Journal of Child and Family studies*, *25*(3), 827-835. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0267-7>
- Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis*. Sage.
- Cherry, K. E., Gerstein, E. D., & Ciciolla, L. (2019). Parenting stress and children's behavior: Transactional models during early head start. *Journal of Family Psychology*, *33*(8), 916–926. <https://doi.org/10.1037/fam0000574>.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (1997). Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications. *Developmental Review*, *18*, 47-85. <https://doi.org/10.1006/drev.1997.0448>.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (2000). Parenting self-efficacy among mothers of school-age children: Conceptualization, measurement, and correlates. *Family Relations*, *49*(1), 13-24. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00013.x>.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (2003). Maternal self-efficacy beliefs, competence in parenting, and toddlers' behavior and developmental status. *Infant Mental Health Journal*, *24*, 126-148. <https://doi.org/10.1002/imhj.10048>.
- Conger, K. J., Martin, M. J., Reeb, B. T., Little, W. M., Craine, J. L., Shebloski, B., & Conger, R. D. (2012). Economic hardship and its consequences across generations. In V. Maholmes & R. B. King (Eds.), *Oxford library of psychology. The Oxford handbook of poverty and child development* (pp. 37–53). Oxford University Press.
- Conger, K. J., Reuter, M. A., & Conger, R. D. (2000). The role of economic pressure in the lives of parents and their adolescents: The family stress model. In L. J. Crockett & R. J. Silbereisen (Eds.), *Negotiating adolescence in times of social change* (pp. 201 – 223). Cambridge University Press.

- Corbin, J., & Strauss, A. (1990). Grounded theory research: Procedures, canons, and evaluative criteria. *Qualitative sociology*, 13(1), 3-21. <https://doi.org/10.1007/BF00988593>.
- Correia, M. & Serrano, A. (2000). *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce: Das práticas centradas na criança às práticas centradas na família*. Porto Editora.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Editora Quarteto.
- Dalimonte-Merckling, D., & Williams, J. M. (2020). Parenting Styles and Their Effects. *Encyclopedia of Infant and Early Childhood Development* (Second Edition), (pp. 470-480). <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-809324-5.23611-0>.
- Daly, K. J. (2007). *Qualitative methods for family studies and human development*. Sage.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological bulletin*, 113(3), 487-496.
- Dearing, E., McCartney, K., & Taylor, B. A. (2006). Within-child associations between family income and externalizing and internalizing problems. *Developmental psychology*, 42(2), 237. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.42.2.237>.
- Deater-Deckard, K., Chen, N., Wang, Z., & Bell, M. A. (2012). Socioeconomic risk moderates the link between household chaos and maternal executive function. *Journal of Family Psychology*, 26(3), 391–399. <https://doi.org/10.1037/a0028331>.
- Delvecchio, E., Di Riso, D., & Salcuni, S. (2016). Self-perception of parental role, family functioning, and familistic beliefs in Italian parents: Early evidence. *Frontiers in psychology*, 6, 1983. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01983>.
- DeVito, J. (2010). How adolescent mothers feel about becoming a parent. *The Journal of Perinatal Education*, 19(2), 25-34. <https://doi.org/10.1624/105812410x495523>.
- Dias, M. O. (2015). A comunicação como processo de interação e de integração no sistema familiar—os valores. *Gestão e Desenvolvimento*, (23), 85-105. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2015.273>.
- Dietz, T. L. (2000). Disciplining children: Characteristics associated with the use of corporal punishment. *Child Abuse and Neglect*, 24, 1529-1542. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00213-1](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00213-1).

- Evans, G. W. (2004). The environment of childhood poverty. *American psychologist*, 59(2), 77-92. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.59.2.77>.
- Evans, G. W., Gonnella, C., Marcynyszyn, L. A., Gentile, L., & Salpekar, N. (2005). The role of chaos in poverty and children's socioemotional adjustment. *Psychological science*, 16(7), 560-565. <https://doi.org/10.1111/j.0956-7976.2005.01575.x>.
- Fachada, M. (2010). *Psicologia das relações interpessoais*. Sílabo.
- Fernandes, M., Narciso, I., Pedro, M. & Roberto, M. S. (2019). Portuguese Version of the Parent Cognition Scale (PCS): Measuring Parental Attributions About Children's Misbehavior. *Journal of Child and Family Studies*, 28, 656-667. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-01321-4>
- Ferreira, B., Monteiro, L., Fernandes, C., Cardoso, J., Veríssimo, M., & Santos, A. J. (2014). Percepção de Competência Parental: Exploração de domínio geral de competência e domínios específicos de auto-eficácia, numa amostra de pais e mães portuguesas. *Análise Psicológica*, 32(2), 145-156. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.854>.
- Figueiredo, B. (2005). Psicopatologia da maternidade e paternidade. In I. Lança (Coord.), *Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo* (pp. 83-102). Edições Afrontamento & CEPESE.
- Figueiredo, B. (2013). *Mães e pais: Envolvimento emocional com o bebé*. Psiquilíbrios Edições.
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. *Contributo para a prática psicológica* (pp. 151-172). Universidade Católica Portuguesa.
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research*. (pp. 306-312). Sage.
- Fonagy, P., Gergely, G., & Jurist, E. L. (Eds.). (2018). *Affect regulation, mentalization and the development of the self*. Routledge.
- Fonseca, A., Moreira, H., & Canavarro, M. C. (2020). Uncovering the links between parenting *stress* and parenting styles: The role of psychological flexibility within parenting and global psychological flexibility. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 18, 59-67. <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2020.08.004>.

- Friedson, M. (2016). Authoritarian parenting attitudes and social origin: The multigenerational relationship of socioeconomic position to childrearing values. *Child Abuse & Neglect, 51*, 263-275. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.10.001>.
- Gadeyne, E., Ghesquière, P., & Onghena, P. (2004). Longitudinal relations between parenting and child adjustment in young children. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 33*(2), 347-358. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp3302_16.
- Garcia, A. R., DeNard, C., Ohene, S., Morones, S. M., & Connaughton, C. (2018). “I am more than my past”: Parents' attitudes and perceptions of the Positive Parenting Program in Child Welfare. *Children and Youth Services Review, 88*, 286-297. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2018.03.023>.
- Gomes, M. F. M. (2014). *Negligência afetiva e parentalidade: contributo (s) de pais e crianças para a elaboração de um programa de prevenção do risco na infância* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu).
- Gomide, P. I. C. (2017). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. Editora Vozes Limitada.
- Goodnow, J. J., & Collins, W. A. (1990). *Essays in developmental psychology series. Development according to parents: The nature, sources, and consequences of parents' ideas*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- He, Y., Liu, C., Chen, Y., Huang, J., & Luo, R. (2020). Intergenerational transmission of parenting style in rural China and the mediation effect of Caregiver's mental health. *Children and Youth Services Review, 117*, 105319. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.105319>.
- Hoff, E., Laursen, B., Tardif, T., & Bornstein, M. (2002). Socioeconomic status and parenting. *Handbook of parenting Volume 2: Biology and ecology of parenting* (pp. 231–252). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Hoffman, L. W. (2003). Methodological issues in studies of SES, parenting, and child development. In R. Bradley, & M. Bornstein (Eds.), *Socioeconomic status, parenting, and child development*, (pp.125-143). Lawrence Erlbaum Associates.

- Hoghugh, M. (2004) Parenting: an introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Eds), *Handbook of parenting: theory and research for practice*, (pp. 1-18). Sage Publications, Inc.
- Holden, G. W. (2010). *Parenting: a dynamic perspective*. Sage Publications, Inc.
- Hudson, D. B., Elek, S., Fleck, M. (2001). First time mothers' and fathers' transition to parenthood: Infant care self-efficacy, parenting satisfaction, and infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 24, 31-43. <https://doi.org/10.1080/014608601300035580>.
- Hussey, J. M., Chang, J. J., & Kotch, J. B. (2006). Child maltreatment in the United States: Prevalence, risk factors, and adolescent health consequences. *Pediatrics*, 118(3), 933-942. <https://doi.org/10.1542/peds.2005-2452>.
- Jeon, S., & Neppl, T. K. (2016). Intergenerational continuity in economic hardship, parental positivity, and positive parenting: The association with child behavior. *Journal of Family Psychology*, 30(1), 22. <https://doi.org/10.1037/fam0000151>.
- Jeon, S., & Neppl, T. K. (2019). Economic pressure, parent positivity, positive parenting, and child social competence. *Journal of Child and Family Studies*, 28(5), 1402-1412. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01372-1>
- Katznelson, H. (2014). Reflective functioning: A review. *Clinical psychology review*, 34(2), 107-117. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2013.12.003>.
- Kotchick, B. A., & Forehand, R. (2002). Putting parenting in perspective: A discussion of the contextual factors that shape parenting practices. *Journal of child and family studies*, 11(3), 255-269. <https://doi.org/10.1023/A:1016863921662>.
- Lareau, A. (2011). *Unequal childhoods: Class, race, and family life*. University of California Press.
- Lerner, R. M., Rothbaum, F., Boulos, S., & Castellino, D. R. (2002). Developmental systems perspective on parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting* (pp. 315-344). Lawrence Erlbaum Associates.
- Locke, L. M., & Prinz, R. J. (2002). Measurement of parental discipline and nurturance. *Clinical psychology review*, 22(6), 895-929. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(02\)00133-2](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(02)00133-2).

- Lo Cricchio, M. G., Lo Coco, A., Cheah, C. S., & Liga, F. (2019). The good parent: Southern Italian mothers' conceptualization of good parenting and parent-child relationships. *Journal of Family Issues*, *40*(12), 1583-1603. <https://doi.org/10.1177/0192513X19842598>.
- Luyten, P., Mayes, L. C., Nijssens, L., & Fonagy, P. (2017). The parental reflective functioning questionnaire: Development and preliminary validation. *PloS one*, *12*(5), <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0176218>.
- Maccoby, E.E., & Martin, J.A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. Mussen and E.M. Hetherington (Eds.). *Handbook of Child Psychology, volume IV: Socialization, personality, and social development*. Wiley.
- Malin, J., Cabrera, N., Karberg, E., Aldoney, D., & Rowe, M. (2014). Low-income minority fathers' control strategies and children's regulatory skills. *Infant Ment Health Journal*, *35*(5), 462-472. <https://doi.org/10.1002/imhj.21467>.
- McCormack, K. (2005). Stratified reproduction and poor women's resistance. *Gender and Society*, *19*(5), 660-679. <https://doi.org/10.1177/0891243205278010>.
- McLaughlin, K. A., Costello, E. J., Leblanc, W., Sampson, N. A., & Kessler, R. C. (2012). Socioeconomic status and adolescent mental disorders. *American journal of public health*, *102*(9), 1742-1750. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2011.300477>.
- Merriam, S. B. (2002). Introduction to qualitative research. *Qualitative research in practice: Examples for discussion and analysis*, *1*(1), 1-17.
- Milner, J. S. (1993). Social information processing and physical child abuse. *Clinical Psychological Review*, *13*(3), 275-294. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(93\)90024-G](https://doi.org/10.1016/0272-7358(93)90024-G)
- Milner, J. S. (2003). Social information processing in high-risk and physically abusive parents. *Child Abuse & Neglect*, *27*(1), 7-20. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00506-9](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00506-9)
- Mistry, R. S., Vandewater, E. A., Huston, A. C., & McLoyd, V. C. (2002). Economic well-being and children's social adjustment: The role of family process in an ethnically diverse low-income sample. *Child development*, *73*(3), 935-951. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00448>

- Mouton, P. Y., & Tuma, J. M. (1988). *Stress, locus of control, and role satisfaction in clinic and control mothers. Journal of Clinical Child Psychology, 17(3), 217-224.* https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1703_4.
- Narciso, I., Relvas, A. P., Ferreira, L. C., Vieira-Santos, S., Fernandes, M., de Santa-Bárbara, S., & Machado, I. (2018). Mapping the “good mother”—Meanings and experiences in economically and socially disadvantaged contexts. *Children and Youth Services Review, 93, 418-427.* <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2018.08.029>.
- National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2016). *Parenting Matters: Supporting Parents of Children Ages 0-8.* The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/21868>.
- Neppl, T. K., Senia, J. M., & Donnellan, M. B. (2016). Effects of economic hardship: Testing the family *stress* model over time. *Journal of Family Psychology, 30(1), 12–21.* <https://doi.org/10.1037/fam0000168>.
- Nurius, P. S., Green, S., Logan-Greene, P., & Borja, S. (2015). Life course pathways of adverse childhood experiences toward adult psychological well-being: A *stress* process analysis. *Child abuse & neglect, 45, 143-153.* <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.03.008>.
- Ohan, J. L., Leung, D.W. & Johnston, C. (2000). The Parenting Sense of Competence Scale: Evidence of a stable factor structure and validity. *Canadian Journal of Behavioural Science, 32(4), 251–261.* <https://doi.org/10.1037/h0087122>.
- Okagaky, L., & Bingham, G. E. (2005). Parent’s social cognitions and their parenting behaviors. In T. Luster & L. Okagaky (Eds.), *Parenting: An ecologic perspective. Monographs in parenting series* (pp. 3-33). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Oliveira, J. & Costa, M. E. (2005). Estilos de vinculação e percepções de satisfação com os papéis parental e conjugal em tríades de famílias intactas. *Psicologia, 16(2), 57-74.* <http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v18i2.430>.
- Park, H., & Lau, A. S. (2016). Socioeconomic status and parenting priorities: Child independence and obedience around the world. *Journal of Marriage and Family, 78(1), 43-59.* <https://doi.org/10.1111/jomf.12247>.

- Pereira, M., Negrão, M., Soares, I. & Mesman, J. (2015). Predicting harsh discipline in at-risk mothers: The moderating effect of socioeconomic deprivation severity. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 725–733. <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9883-2>.
- Perzow, S. E., Bray, B. C., & Wadsworth, M. E. (2018). Financial stress response profiles and psychosocial functioning in low-income parents. *Journal of Family Psychology*, 32(4), 517. <https://doi.org/10.1037/fam0000403>.
- Pinto, T. G. (2015). *De iniciado a perito um percurso a construir na promoção da parentalidade*. (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Universidade de Lisboa).
- Queirós, A., Faria, D., & Almeida, F. (2017). Strengths and limitations of qualitative and quantitative research methods. *European Journal of Education Studies*, 3(9). <http://dx.doi.org/10.46827/ejes.v0i0.1017>.
- Raikes, H. A., & Thompson, R. A. (2005). Efficacy and social support as predictors of parenting stress among families in poverty. *Infant Mental Health Journal: Official Publication of The World Association for Infant Mental Health*, 26(3), 177-190. <https://doi.org/10.1002/imhj.20044>.
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo vital da família. Perspectiva Sistémica*. Afrontamento
- Renner, L. M., Cavanaugh, C. E., & Easton, S. D. (2015). Pathways linking victimization, depression, personal mastery, and perceptions of parenting competence among lowincome women. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 2817–2826. <https://doi.org/10.1007/s10826-014-0086-2>.
- Repetti, R. L., Taylor, S. E., & Seeman, T. E. (2002). Risky families: family social environments and the mental and physical health of offspring. *Psychological bulletin*, 128(2), 330-366. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.128.2.330>.
- Rodriguez, C.M. (2010). Parent-child aggression: Association with child abuse potential and parenting styles. *Violence and Victims*, 25(6), 728–741. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.25.6.728>.

- Rogers, H., & Matthews, J. (2004). The parenting sense of competence scale: Investigation of the factor structure, reliability, and validity for an Australian sample. *Australian Psychologist*, *39*(1), 88-96. <https://doi.org/10.1080/00050060410001660380>.
- Roskam, I. (2015). Enhancing positive parenting through metacognition with the program 'Lou & us. *Journal of Child and Family Studies*, *24*(8), 2496-2507. <https://doi.org/10.1007/s10826-014-0052-z>.
- Rothenberg, W. A. (2019). Intergenerational continuity in parenting: a review and theoretical integration. *Marriage & Family Review*, *55*(8), 701-736. <https://doi.org/10.1080/01494929.2019.1589618>.
- Roubinov, D. S., & Boyce, W. T. (2017). Parenting and SES: relative values or enduring principles?. *Current opinion in psychology*, *15*, 162-167. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.03.001>.
- Russell, M., Harris, B., & Gockel, A. (2008). Parenting in poverty: Perspectives of high-risk parents. *Journal of children and poverty*, *14*(1), 83-98. <https://doi.org/10.1080/10796120701871322>
- Salonen, A. H., Kaunonen, M., Astedt-Kurki, P., Jarvenpaa, A. L., Isoaho, H., & Tarkka, M. T. (2009). Parenting self-efficacy after childbirth. *Journal of Advanced Nursing*, *65*(11), 2324-2336. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2009.05113.x>
- Sanders, M. R., & Turner, K. M. T. (2018). The importance of parenting in influencing the lives of children. In M. R. Sanders and A. Morawska (Eds.) *Handbook of parenting and child development across the lifespan*. (pp. 3-26). Springer International Publishing.
- Sanders, M. R., & Woolley, M. L. (2005). The relationship between maternal self-efficacy and parenting practices: Implications for parent training. *Child: care, health, and development*, *31*(1), 65-73. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2005.00487.x>.
- Schellenbach, C. J., Whitman, T. L., & Borkowski, J. G. (1992). Toward an integrative model of adolescent parenting. *Human Development*, *35*(2), 81-99. <https://doi.org/10.1159/000277136>.

- Schulz, W., Schunck, R., Diewald, M., & Johnson, W. (2017). Pathways of Intergenerational Transmission of Advantages during Adolescence: Social Background, Cognitive Ability, and Educational Attainment. *Journal of youth and adolescence, 46*(10), 2194-2214. <https://doi.org/10.1007/s10964-017-0718-0>.
- Schwartz, S. H. (2014). Rethinking the concept and measurement of societal culture in light of empirical findings. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 45*(1), 5–13. <https://doi.org/10.1177/0022022113490830>
- Segrin, C., & Flora, J. (2005). *Family communication*. Lawrence Erlbaum.
- Senese, V. P., Bornstein, M. H., Haynes, O. M., Rossi, G., & Venuti, P. (2012). A cross-cultural comparison of mothers' beliefs about their parenting very young children. *Infant Behavior and Development, 35*(3), 479-488. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2012.02.006>.
- Senia, J. M., Neppl, T. K., Gudmunson, C. G., Donnellan, M. B., & Lorenz, F. O. (2016). The intergenerational continuity of socioeconomic status: Effects of parenting, personality, and age at first romantic partnership. *Journal of Family Psychology, 30*(6), 647. <https://doi.org/10.1037/fam0000171>.
- Slabbert, I. (2017). Domestic violence and poverty: Some women's experiences. *Research on social work practice, 27*(2), 223-230. <https://doi.org/10.1177/1049731516662321>.
- Slack, K. S., Holl, J. L., McDaniel, M., Yoo, J., & Bolger, K. (2004). Understanding the risks of child neglect: An exploration of poverty and parenting characteristics. *Child maltreatment, 9*(4), 395-408. <https://doi.org/10.1177/1077559504269193>.
- Slade, A. (2005). Parental reflective functioning: An introduction. *Attachment & human development, 7*(3), 269-281. <https://doi.org/10.1080/14616730500245906>.
- Smaling, H. J., Huijbregts, S. C. J., Van der Heijden, K. B., Van Goozen, S. H. M., & Swaab, H. (2016). Maternal reflective functioning as a multidimensional construct: Differential associations with children's temperament and externalizing behavior. *Infant behavior and development, 44*, 263-274. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2016.06.007>.

- Solmeyer, A. R., & Feinberg, M. E. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and co-parenting relationship quality. *Infant Behavior and Development*, 34(4), 504-514. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2011.07.006>.
- Stacks, A. M., Muzik, M., Wong, K., Beeghly, M., Huth-Bocks, A., Irwin, J. L., & Rosenblum, K. L. (2014). Maternal reflective functioning among mothers with childhood maltreatment histories: Links to sensitive parenting and infant attachment security. *Attachment & human development*, 16(5), 515-533. <https://doi.org/10.1080/14616734.2014.935452>.
- Stern, T. (2014). The development of reflective functioning in a mother traumatized by past and present events: Facilitating change in the parent-infant relationship. *Journal of Infant, Child, and Adolescent Psychotherapy*, 13(1), 24-36. <https://doi.org/10.1080/15289168.2014.880291>.
- Tanvir, M., Bukhari, F. K., Khizer, U. & Fayyaz, S. (2016). Parenting style and its effects on academic achievement of children. *International SAMANM Journal of Business and Social Sciences*, 4(1), 30-42.
- Taylor, Z. E., & Conger, R. D. (2017). Promoting strengths and resilience in single-mother families. *Child Development*, 88(2), 350-358. <https://doi.org/10.1111/cdev.12741>.
- Taylor, Z. E., Widaman, K. F., Robins, R. W., Jochem, R., Early, D. R., & Conger, R. D. (2012). Dispositional optimism: a psychological resource for Mexican-origin mothers experiencing economic stress. *Journal of Family Psychology*, 26(1), 133. <https://doi.org/10.1037/a0026755>.
- Tonelo, M. R. (2015). " Ser mãe é ser tudo": significações, vivências e percepções parentais em contextos de vulnerabilidade económica. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa).
- Valiente, C., Lemery-Chalfant, K., & Reiser, M. (2007). Pathways to problem behaviors: Chaotic homes, parent and child effortful control, and parenting. *Social development*, 16(2), 249-267. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00383.x>.
- Vaz Serra, A. S. (1988). O auto-conceito. *Análise psicológica*, 6(2), 101-110.

- Vieira, A. C. D. S. (2018). " *Parentalidade sob lentes maternas*": *Crenças de mães em contexto de desvantagem económica e social*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa).
- Vismara, L., Sechi, C., & Lucarelli, L. (2020). Reflective function in first-time mothers and fathers: Association with infant temperament and parenting *stress*. *European Journal of Trauma & Dissociation*, 100147. <https://doi.org/10.1016/j.ejtd.2020.100147>.
- Vogel, S., Klumpers, F., Krugers, H. J., Fang, Z., Oplaat, K. T., Oitzl, M. S., Joëls, M., & Fernández, G. (2015). Blocking the mineralocorticoid receptor in humans prevents the *stress*-induced enhancement of centromedial amygdala connectivity with the dorsal striatum. *Neuropsychopharmacology*, 40(4), 947-956. <https://doi.org/10.1038/npp.2014.271>.
- Ward, K. P., & Lee, S. J. (2020). Mothers' and fathers' parenting *stress*, responsiveness, and child wellbeing among low-income families. *Children and Youth Services Review*, 116, 105218. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105218>.
- Weber, L., Selig, G., Bernardi, M., & Salvador, A. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, 16(35), 407-414. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300011>.
- Wright, M. O. D., Masten, A. S., & Narayan, A. J. (2013). Resilience processes in development: Four waves of research on positive adaptation in the context of adversity. In S. Goldstein & R. Brooks (Eds), *Handbook of Resilience in Children*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3661-4_2.